

---

INOVAÇÕES SOCIAIS NA ALEMANHA E NO REINO UNIDO  
DIRIGIDAS AOS REQUERENTES DE ASILO E AOS REFUGIADOS

**Marcilio da Silva Correia**

---

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão da Inovação

---

Orientado por

**Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos**

---

2018

## **Resumo**

O presente estudo insere-se no campo dos requerentes de asilo e dos refugiados e, em particular, das inovações sociais que são dirigidas a estes grupos com o intuito de promover a sua integração na sociedade.

Inicialmente será abordado a definição de refugiado e a exemplificação do processo para se tornar refugiado após ter requerido asilo. Seguidamente serão apresentados outros conceitos relevantes ao tema, como por exemplo, pessoas deslocadas internamente e migrantes.

Serão expostos, ainda, conceitos sobre reagrupamento familiar e sobre o procedimento para requerer asilo na União Europeia.

Sobre a requisição de asilo, a ideia central é compreender a padronização para estas solicitações e assim, serão explicados os resultados possíveis quanto à definição do Estado sobre se o indivíduo poderá usufruir dos benefícios do estatuto de refugiado, sendo que além de analisar o conceito, será exemplificado o funcionamento na Alemanha e no Reino Unido. Posteriormente será exemplificado o que é inovação social e com isto, serão apresentadas inovações que podem ser tidas como sociais e que estão a auxiliar os requerentes de asilo e os refugiados.

Como a metodologia que será abordada refere-se aos estudos de casos múltiplos de inovações sociais na Alemanha e no Reino Unido, o propósito central será a exposição das inovações que tenham por foco a sua aplicabilidade na integração dos requerentes de asilo e dos refugiados, com o objetivo de explicar o porquê da existência desta lacuna e como a inovação social funcionaria na prática, destacando, portanto, os seus aspetos positivos que poderiam ser replicados noutros países.

**Palavras-Chave:** refugiados, inovação social, requerentes de asilo, integração, União Europeia, Alemanha, Reino Unido.

**JEL-Codes:** A13; O35

## **Abstract**

This study is in the field of asylum seekers and refugees, and in particular, of the social innovations that are aimed at these groups with the purpose of promoting their integration into society.

Initially, the definition of refugees and exemplification of the process to become a refugee after having sought asylum will be addressed. Other relevant concepts will be presented, such as internally displaced persons and migrants to distinguish the terms conceptually.

In this study will also be discussed concepts such as family reunification and the procedure for applying for asylum in the European Union.

Regarding the procedure for applying for asylum, the main idea is to understand the standardization of these requests and the possible results in respect of the State definition. As whether the individual will be able to get the benefit from the refugee status, in this way, it will not only be analyzed the ordinary concept but also how it is working in Germany and the United Kingdom.

Subsequently, it will be analyzed what is the meaning of social innovation and after that, it will be presented innovations that can be considered as a social innovation and how they are supporting asylum seekers and refugees.

As the methodology that will be approached refers to the multiple case studies of social innovations in Germany and the United Kingdom, the central focus will be the exposure of the innovations that aim and their applicability in the integration of these individuals. As a result, explaining the reason for the existence of this gap and how the social innovations work in its practice, thus highlighting the positive aspects that could be replicated in other countries.

**Keywords:** refugees, social innovation, asylum seekers, integration, European Union, Germany, United Kingdom.

**JEL-Codes:** A13; O35

## **Agradecimentos**

Após estes dois anos de estudos intensivos, devo agradecer a todos que me ajudaram a tornar este mestrado possível e muito recompensador.

Em primeiro lugar, sou muito grato pela oportunidade que a Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) concedeu para eu ter conseguido realizar meu mestrado e permitido ampliar os meus conhecimentos através do programa ERASMUS na Ecole des Hautes Etudes Commerciales du Nord (EDHEC Business School) em Lille, França.

Em segundo lugar, agradeço à Excelentíssima Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos que aceitou ser minha orientadora e com sugestões e comentários me auxiliou a completar cada tarefa que havíamos planeado.

Em terceiro lugar, agradeço ao Excelentíssimo Professor Doutor Mário Rui que durante o mestrado, possibilitou a expansão dos meus conhecimentos nos aspetos inerentes à gestão da inovação.

Em adição, sou grato a minha família, aos meus pais, Nelson Fernandes Correia, e a minha mãe, Roseni da Silva Correia, aos meus irmãos, Mayara da Silva Correia e Maurício da Silva Correia e também a minha avó Zeny Soares da Silva que sempre forneceram apoio incondicional durante a minha trajetória de vida no Brasil, Irlanda, Portugal e França.

Resta-me um agradecimento especial para a minha namorada, Marielle Ynara Teixeira Creão, por todo incentivo, carinho e todo entusiasmo que forneceu durante o meu estudo.

## Epígrafe

“What matters most about a new technology is not how it works, but how people use it and the changes it brings about in human lives" (Frances Cairncross).

## **Lista de Abreviações e Siglas**

AIDA	Asylum Information Database
DAFI	Deutsche Akademische Flüchtlingsinitiative Albert Einstein
BAMF	Bundesamt für Migration und Flüchtlinge
BEPA	Bureau of European Policy Advisers
CEAS	Common European Asylum System
ECRE	European Council on Refugees and Exiles
EURODAC	European Asylum Dactyloscopy Database
IDP	Internally Displaced Person
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
OJEU	Official Journal of the European Union
UN	United Nations
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNRWA	United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East

## Sumário

Resumo .....	ii
Abstract.....	iii
Agradecimentos .....	iv
Epígrafe.....	v
Lista de Abreviações e Siglas .....	vi
Capítulo I. Introdução e Estrutura da Dissertação.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Considerações Metodológicas .....	2
Capítulo II. Definições dos termos e dados sobre requerentes de asilo e refugiados .....	5
2.1 Refugiados.....	5
2.2 Diferenças entre refugiados, migrantes e pessoas deslocadas internamente .....	6
2.3 Requerentes de Asilo .....	7
2.4 Dados sobre refugiados e requerentes de asilo no mundo .....	7
2.5 Dados sobre refugiados e requerentes de asilo na União Europeia .....	8
Capítulo III. Conceitos e direitos de requerentes de asilo e refugiados .....	12
3.1 Reagrupamento Familiar .....	12
3.1.1 Reagrupamento Familiar na Alemanha.....	13
3.1.2 Reagrupamento Familiar no Reino Unido .....	14
3.2 Sistema Europeu Comum de Asilo .....	14
3.2.1 Análise sobre o Sistema para Aplicação de Asilo na Alemanha.....	16
3.2.2 Análise sobre o Sistema para Aplicação de Asilo no Reino Unido .....	19
Capítulo IV. Inovações Sociais.....	21
4.1 Conceito de Inovação Social .....	21
4.2 Inovação social no setor educacional.....	25
4.2.1 Alemanha: <i>Kiron Open Higher Education</i> .....	25
4.2.2 Reino Unido: <i>Article 26</i> .....	28

4.3	Inovação social no setor habitacional.....	32
4.3.1	Alemanha: <i>Refugees Welcome</i> .....	32
4.3.2	Reino Unido: <i>Refugees at Home</i> .....	34
4.4	Inovação social no setor laboral.....	38
4.4.1	Alemanha: <i>Worker</i> .....	39
4.4.2	Reino Unido: <i>Breaking Barriers</i> .....	41
4.5	Aspetos replicáveis das inovações sociais.....	43
4.5.1	Aspetos Replicáveis no Setor Educacional.....	44
4.5.2	Aspetos Replicáveis no Setor Habitacional.....	45
4.5.3	Aspetos Replicáveis no Setor Laboral.....	46
	Capítulo V. Conclusão e Desenvolvimentos Futuros.....	48
	Referências.....	50
	Anexo 1 - Número total de pessoas forçadas a se deslocarem no mundo entre 2015 e 2017 (em milhões).....	54
	Anexo 2 - Distribuição de refugiados pela UNHCR e UNRWA entre 2015 e 2017 (em milhões).....	55
	Anexo 3 - Número de aplicações de asilo na União Europeia - 28 Estados membros, 2006 – 2017 (em milhares).....	56
	Anexo 4 - Requerentes de asilo pela primeira vez na União Europeia por país de origem (em milhares de aplicações).....	57
	Anexo 5 - Número de requerentes de asilo nos países da União Europeia com maior solicitação entre os anos de 2014 a 2017 (em milhares de aplicações).....	58
	Anexo 6 - Distribuição por idade dos requerentes de asilo em 2017 (em %).....	59
	Anexo 7 - Número de refugiados nos países da União Europeia com maior atribuição entre os anos de 2014 a 2017 (em milhares de aplicações).....	60
	Anexo 8 - Decisões sobre os requerimentos de asilo em 2017 (em %).....	61



# **Capítulo I. Introdução e Estrutura da Dissertação**

## **1.1 Introdução**

O número total de requerentes de asilo e de refugiados aumentou de maneira expressiva, principalmente em 2015, dentro da União Europeia. Com isto, foi possível notar que a União Europeia não estava preparada para fornecer o devido suporte ao que é considerada a maior crise humanitária desde a última guerra mundial.

Em relação aos indivíduos que já estão no país anfitrião e já solicitaram asilo ou já se tornaram reconhecidos como refugiados, uma das estratégias é o desenvolvimento de inovações sociais que visem, por exemplo, integrar os requerentes de asilo e os refugiados na sociedade.

Estas inovações sociais podem surgir através do Estado ou por atores da sociedade, o que conduziria à integração dos requerentes de asilo e dos refugiados e reduziria a exclusão social. Isto também é confirmado por Ramos (2013) que afirma que o Estado e os atores da sociedade devem promover modos de intervenção inovadores de forma a reduzir as exclusões sociais.

Com isto, o nosso trabalho visa responder à questão: através das inovações sociais já existentes, quais são as práticas que podem aumentar a efetividade na integração dos requerentes de asilo e dos refugiados? Assim, a ideia principal é fornecer constructos para que estes indivíduos sejam ajudados, não apenas a sobreviverem em outra sociedade, mas também para que possam continuar com as suas expectativas e aplicarem os seus conhecimentos no mercado laboral do país anfitrião. Além disso, para que esta questão seja respondida, será executada uma análise sobre as inovações sociais e serão identificados os aspetos positivos e relevantes de cada inovação e que poderiam servir como base no desenvolvimento de um projeto de inovação social em outro país.

Em síntese, o foco central deste estudo é a identificação das práticas das entidades que visam integrar os requerentes de asilo e os refugiados através de inovações sociais. Posteriormente, o estudo trará uma análise aprofundada sobre estas inovações sociais e será proposto, caso necessário, melhorias que visem aumentar o impacto da integração destes indivíduos na sociedade.

Assim, o intuito do trabalho é fornecer dados relevantes que possam ser de interesse aos próprios refugiados, às entidades governamentais e a outros atores da sociedade.

Para tanto, também será necessário entender as dificuldades de inserção, seja por questões

de reagrupamento familiar, por diferenças culturais, não reconhecimento das competências acadêmicas ou profissionais que foram obtidas no país de origem e até mesmo por dificuldades do próprio suporte do Estado ou de atores da sociedade.

Em relação à delimitação de quais as inovações sociais que iremos abordar, o estudo será realizado a nível geográfico, em dois países que estão a receber grande número de aplicações de asilo e que estão entre os países da União Europeia com maior número de refugiados, nomeadamente, Alemanha e Reino Unido, e será aplicado um segundo recorte histórico, já que 2015 foi considerado o ano da crise humanitária europeia para recebimento de requerentes de asilo e refugiados, serão consideradas inovações que tenham sido aplicadas ou desenvolvidas após o ano de 2010, ou seja, a partir da última década para que fosse possível identificar também o que se estava a fazer antes da implosão de 2015.

## **1.2 Considerações Metodológicas**

Para que seja possível realizar toda a recolha de dados para este trabalho, será desenvolvida uma pesquisa exploratória para obter maior familiaridade com o problema e serão elaborados estudos de casos múltiplos sobre o tema para identificar as dimensões positivas de cada inovação social, como por exemplo, referente à integração dos refugiados na sociedade. Assim, iremos analisar quais os atributos e aspetos positivos que poderão ser aplicados e replicados para que outros países que tenham interesse em realizar ações para responder a este questionamento possam ter referência dos atributos a serem considerados ao desenvolverem inovações sociais.

A utilização da pesquisa exploratória refere-se ao fato de, como relatado por Malhotra (2006), existir o intuito de prover maior familiaridade com o problema e que com isto, será possível realizar construções de hipóteses. Assim, a ideia central será abordar as principais inovações sociais que foram desenvolvidas na Alemanha e no Reino Unido a fim de encontrar aspetos comuns entre as inovações sociais do mesmo tipo de setor, demonstrando assim, os atributos que poderiam ser replicados para outros países.

A escolha da Alemanha e do Reino Unido deve-se ao fato de que ambos os países estão entre os que mais receberam solicitações de aplicações de asilo na União Europeia a partir de 2015, ano que foi declarado pela *UNHCR* como sendo a maior crise humanitária global desde a segunda guerra mundial. Sendo que, por este motivo, haverá o foco nas inovações sociais que foram criadas ou desenvolvidas após o ano de 2010.

Assim, serão utilizados dados secundários, que de acordo com Malhotra (2006) são aqueles dados que podem ter sido coletados para uma finalidade diferente do problema em causa. Por conseguinte, a pesquisa qualitativa que será executada neste trabalho, tem por definição, de acordo com Godoy (1995), o fato de possuir o pesquisador como instrumento chave e a análise do estudo ocorre no ambiente natural.

Outro fator preponderante para a escolha destes países é que, de acordo com The Economist (2016), a Alemanha e o Reino Unido estão entre os principais países da União Europeia e do mundo no índice sobre inovação social.

Com isto, o trabalho será realizado através da técnica de estudo de caso, que de acordo com Yin (2001), seria uma das estratégias para ser realizada uma pesquisa com o foco nas questões de “como” e “por que”, sendo que o pesquisador possuiria pouco controle sobre eventos comportamentais e também existe enfoque em acontecimentos contemporâneos dentro do contexto da vida real. Portanto, esta estratégia será útil na dissertação, uma vez que a proposta de trabalho terá a sua elaboração a partir desta abordagem.

Outro fator relevante sobre o estudo de caso é que o mesmo tem como característica um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma a possibilitar um conhecimento amplo e detalhado dos objetos pesquisados (GIL, 2008).

Para Yin (2001), existe a distinção entre estudos de casos que também podem ser múltiplos e incorporados, ou seja, com unidades múltiplas de análise. Assim, seguindo este conceito, o trabalho exemplificará inovações sociais em dois países e como estas inovações são dirigidas para áreas de atuações distintas, como por exemplo, educacional, laboral e habitacional.

Entretanto, é válido afirmar que não existe um critério que seja adotado de maneira típica na definição de quantos estudos de casos devem ser apresentados num trabalho já que não pode ser desenvolvida uma estratégia de amostragem e sim de replicação, sendo os casos escolhidos cuidadosamente para o desenvolvimento da análise, assim, cada caso selecionado deve estar de acordo com o escopo e dimensões da investigação (YIN, 2001).

Portanto, a ideia central é conseguir identificar quais são as inovações sociais existentes a partir de 2010 na Alemanha e no Reino Unido com o foco em determinadas dimensões que serão mostradas a seguir e também para compreender como estas inovações ocorrem a fim de traçar semelhanças no desenvolvimento e na sua aplicabilidade e com isto, mostrar os aspectos positivos e as possibilidades de serem realizadas replicações em outros países, sendo que não será analisada a aplicabilidade para um país específico mas apenas serão expostas as principais aprendizagens que poderiam ser replicadas de maneira geral.

Desta forma, as dimensões analisadas serão, inicialmente, a identificação da existência do foco da inovação social na integração ou na adaptação do requerente de asilo ou do refugiado na sociedade.

A segunda dimensão compete à inovação social ser voltada exclusivamente para requerentes de asilo, para refugiados ou para uma nacionalidade específica, ou seja, pode existir uma inovação social voltada para um determinado grupo de refugiados por razão de alta necessidade ou elevada entrada dessa nacionalidade no país.

A terceira dimensão será voltada para a base de funcionamento da inovação social, ou seja, se ocorre através de um *website*, por uma aplicação exclusiva de telemóvel ou se possui outro canal de utilização.

Por fim, a quarta dimensão será na averiguação das áreas atuantes, assim, pode ocorrer no ramo educacional, dirigida ao ensino superior, laboral e habitacional sendo estas restritas a uma ou mais localidades dentro do mesmo país.

Para a realização da análise dos estudos de casos, será usada a abordagem proposta por Freitas e Jabbour (2011), a qual possui quatro fases, sendo a primeira a transcrição de todas as evidências que foram coletadas, a segunda visa realizar a descrição detalhada destas evidências, a terceira seria sobre a análise das evidências com base nos principais conceitos e a última fase seria o cruzamento das evidências entre os casos.

Com isto, a estratégia de recolha de dados será através de levantamento bibliográfico de artigos, revistas, livros e relatórios.

## Capítulo II. Definições dos termos e dados sobre requerentes de asilo e refugiados

Inicialmente para a revisão de literatura será abordada a definição dos dois principais grupos de estudo que seriam os refugiados e os requerentes de asilo, sendo que para haver o completo entendimento do tema, existirá a explicação sobre os conceitos de migrantes e pessoas deslocadas internamente.

Após esta compreensão, serão expostos dados referentes ao número total de pessoas que já receberam o estatuto de refugiado e ao número total de requerentes de asilo na União Europeia e com isto, será realizada a devida análise.

Por fim, será conceitualizado o termo de inovação social e assim, serão analisadas inovações sociais no ramo educacional, laboral e habitacional. Estas análises serão executadas através de estudos de casos múltiplos, como foi demonstrado nas considerações metodológicas.

### 2.1 Refugiados

Primeiramente, é importante destacar que com o desenvolvimento em 1949 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, com sigla em inglês *UNHCR*, e com a elaboração da convenção de Genebra, em 1951, foram criadas especificações sobre o âmbito de refugiados e em 1977 foi elaborado um protocolo que, entre outras ações, retirava as limitações temporárias e geográficas que existiam na convenção de 1951. A *UNHCR* (2011b) afirma ser a única agência das Nações Unidas com atribuições para proteção dos refugiados a nível global. Assim, existe uma outra agência das Nações Unidas que tem apenas o foco em refugiados da Palestina, possuindo a sigla em inglês *UNRWA*<sup>1</sup>.

Desta maneira, como é possível notar em autores como Hatton (2013) e Piçarra (2016), existe um consenso sobre a definição de refugiados como sendo a que a *UNHCR* definiu, uma vez que esta seria a entidade que regulamentou o conceito. Assim sendo, de acordo com a *UNHCR* (2011b, p.18), refugiado tem a seguinte definição:

*Owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable, or owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having*

---

<sup>1</sup> Para mais informações ver: <https://www.unrwa.org/>

*a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it.*

Portanto, o refugiado atravessa as fronteiras do seu país para buscar segurança em outro país e por existir receio fundado, não pode voltar ou ser mandado de volta ao seu país de origem, já que, potencialmente, sofreria perseguições por ter fugido do local, podendo estas perseguições ocorrerem, ou não, através do governo do seu país.

## **2.2 Diferenças entre refugiados, migrantes e pessoas deslocadas internamente**

Com esta mesma lógica, e a fim de demonstrar as diferenças entre os conceitos de refugiados e de migrantes, é importante ressaltar que a UNHCR (2011c, p.3) define migrante como sendo alguém que:

*May leave his or her country for many reasons that are not related to persecution, such as for the purposes of employment, family reunification or study. A migrant continues to enjoy the protection of his or her own government, even when abroad.*

Desta maneira, pelo fato do migrante sair do seu país de forma voluntária, podendo ser por razões económicas e por buscar melhores condições de vida, não se pode considerar um refugiado como sendo um migrante, ou vice-versa. Outro fator importante a destacar é que o migrante, mesmo fora de seu país de origem, possui proteção por parte do seu governo ao residir em outro país. Assim, o exemplo desta proteção seria a existência de embaixadas em que o migrante pode solicitar auxílio do seu país de origem, caso necessite.

Hatton (2013) complementa ao dizer que o indivíduo que é refugiado passou por traumas e abusos de direitos humanos e que, portanto, não pode ser tratado da mesma forma que um migrante.

Outro conceito relevante e que é necessário destacar seria o de pessoas deslocadas internamente, com sigla em inglês *IDP*, sendo definido pela Global Protection Cluster (2010, p.8), como:

*Persons or groups of persons who have been forced or obliged to flee or to leave their homes or places of habitual residence, in particular as a result of or in order to avoid the effects of armed conflict, situations of generalized violence, violations of human rights or natural or human-made disasters, and who have not crossed an internationally recognized State border.*

Desta maneira, as pessoas deslocadas não chegam a cruzar as fronteiras do seu país e, portanto, acabam por permanecer sob proteção do Estado do seu país, mesmo que o Estado tenha sido a causa do seu deslocamento.

Existem duas tipologias que dizem respeito a outros fatores que poderiam ser relacionados às *IDP*, a primeira seria referente às causas naturais ou climáticas, como por exemplo terremotos, furacões e tsunamis, já a segunda seria referente às causas humanas, como por exemplo a explosão de uma central nuclear que forçaria os moradores a retirarem-se da região.

### **2.3 Requerentes de Asilo**

Após este entendimento, é válido ressaltar que o refugiado apenas passa a ser considerado como refugiado após requerer asilo e receber o estatuto de refugiado pelo Estado em que solicitou este asilo. Assim, todo o refugiado é inicialmente um requerente de asilo, mas nem todo o requerente de asilo pode vir a tornar-se um refugiado. De acordo com o UNHCR (2017b, p.4) os requerentes de asilo:

*Are individuals who have sought international protection and whose claims for refugee status have not yet been determined.*

Com isto, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da UN (2015) o ato de requerer asilo é tido como um direito universal, assim, todos possuem o direito de requerer asilo, como por exemplo por perseguição, entretanto, a única ressalva é o fato de não ser possível requerer asilo por parte de pessoas que cometeram sérios crimes não-políticos ou de atos que são contrários aos que as Nações Unidas definem como princípios e propósitos, como terrorismo ou genocídios.

### **2.4 Dados sobre refugiados e requerentes de asilo no mundo**

De acordo com o Anexo 1, temos que o número total de refugiados cresceu entre os anos de 2015 e 2017, de 21,3 milhões para 25,4 milhões, sendo que o Anexo 2 relata que em 2017, 19,9 milhões de refugiados estavam sob mandato da *UNHCR* e 5,4 milhões sob o mandato da *UNRWA*, sendo que também houve aumento para ambos entre 2015 e 2017, entretanto, para a *UNHCR* o aumento foi mais acentuado. Para a *UNHCR* (2018a), 85% dos refugiados sob o seu mandato estão alocados em países em desenvolvimento sendo que a Europa é o segundo continente com maior número de refugiados, possuindo o total de 5,2 milhões de

refugiados, sendo que só na Turquia existem mais de 2,8 milhões. Isto demonstra que a União Europeia precisa de se adequar a esta nova realidade para conseguir prover a estes indivíduos um processo de integração na sociedade.

De acordo com a UNHCR (2018a), a Turquia é o país com mais refugiados no mundo com 3,5 milhões, já a Alemanha é o sexto maior com 970.400 solicitações.

Em relação ao número de requerentes de asilo, é possível observar que no Anexo 1 existiu estabilidade, entretanto, deve ser destacado que o número de refugiados aumentou por haver aceitação de requisição de asilo, sendo que pode ocorrer o facto de pessoas serem requerentes de asilo e em menos de um ano já possuam definição sobre o estatuto de refugiado e por isso o aumento do número total de refugiados que aumentou não necessariamente significaria uma redução de requerentes de asilo.

Já sobre o *IDP* temos que, conforme o Anexo 1, houve queda entre 2015 e 2017 de 40,8 para 40 milhões. Ou seja, de acordo com a UNHCR (2018a), em 2017, a cada dia, existiram mais 44.400 pessoas forçadas a se deslocarem. Esta redução pode ter sido causada, por exemplo, porque as pessoas cruzaram a fronteira do seu país para solicitar asilo.

Conforme a UNHCR (2018a) mais de 5 milhões de pessoas retornaram ao seu país de origem em 2017, entretanto, ainda assim, o número total de pessoas deslocadas no mundo aumentou.

Com isto, em 2017 o número total de pessoas que foram forçadas a se deslocarem atingiu 68,5 milhões de pessoas, ou seja, se fossemos considerar este total de pessoas como sendo um país, seriam representados como o 20º maior país do mundo.

## **2.5 Dados sobre refugiados e requerentes de asilo na União Europeia**

Para compreendermos o cenário de requerimentos de asilo e de refugiados dentro da União Europeia, foram produzidos gráficos, disponibilizados nos anexos e coletados através da *Eurostat* e da *UNHCR*.

Com isto, por meio do Anexo 3, entre 2006 e 2017, o ano de 2015 foi o que teve mais aplicações de asilo com o volume aproximado de 1,3 milhões de solicitações, do qual houve leve queda em 2016 para 1,2 milhões. Entretanto, em 2017 houve queda acentuada para 704 mil, ou seja, número próximo ao do ano de 2014 que foi o ano anterior ao da crise humanitária do qual existiram 627 mil aplicações de asilo.



Para que seja possível compreender estes números, é válido destacar os principais países de origem dos indivíduos que estão a solicitar asilo pela primeira vez na União Europeia.

Com isto, através do Anexo 4, temos que a Síria, o Iraque e o Afeganistão são os países mais representados neste contexto, sendo que isto é explicado através de crises internas do país, fazendo com que os indivíduos tenham que cruzar as fronteiras para requerer asilo.

Ainda, conforme o Anexo 4, houve redução de 2016 para 2017 no número de solicitações por parte destes países, entretanto, isso não significa, necessariamente, que os motivos que os levaram a sair do seu país tenham sido amenizados ou resolvidos.

Já o Anexo 5 demonstra quais são os países da União Europeia que estão a receber o maior número de pedidos de asilo. Assim, temos a Alemanha como sendo o país que mais recebeu solicitações, seguido pela Itália, França, Áustria, Suécia, Grécia e Reino Unido.

É válido salientar que a Itália e a Grécia são considerados como países “portas de entrada” para que as pessoas solicitem asilo em outro país, ou seja, apenas cruzam as fronteiras destes países para que cheguem até um terceiro país que os aceitem ou que estes desejem tentar receber o estatuto de refugiado. Sendo que nos últimos dois anos, a Itália passou a receber um volume expressivos de requerentes de asilo.

Assim, de acordo com o Anexo 5 temos que na Alemanha o número de requerentes de asilo nos anos de 2014, 2015 e 2016 cresceu de 226.191, 420.625 para 587.346, respetivamente, mas com redução para 429.304 em 2017, já em relação ao Reino Unido os números foram mais estáveis de 36.383, 45.870 e 46.784, para os anos de 2014, 2015 e 2016, respetivamente e seguindo a mesma tendência, caíram para 40.365 em 2017.

No que concerne à idade dos requerentes de asilo, temos que, de acordo com Anexo 6, em termos percentuais aproximados, no Reino Unido a faixa etária de 0 a 13 anos representava 14%, dos 14 aos 17 anos eram 8%, dos 18 aos 34 eram 51%, de 35 aos 64 anos representavam 23%, de indivíduos com mais de 65 anos 1% e de pessoas cuja idade não pode ser determinada 3%.

No que se refere à Alemanha, o Anexo 6 afirma que, em termos percentuais aproximados, a faixa etária de 0 a 13 anos representava 37%, dos 14 aos 17 anos eram 8%, dos 18 aos 34 eram 39%, de 35 aos 64 anos representavam 16%, de indivíduos com mais de 65 anos 1% e em termos aproximados o número de pessoas cuja idade não pode ser determinada seria de 0%. Ou seja, tanto no Reino Unido quanto na Alemanha a população que pode trabalhar e realizar o curso de ensino superior estaria, preferencialmente, na faixa com maior número de indivíduos.

Através do Anexo 7, o número de refugiados aumentou de 2014 para 2017 nos seis países com maior número de refugiados, com destaque maior para a Alemanha que passou de 216.973 para os atuais 970.365. Em relação ao Reino Unido, da mesma maneira que teve o número de requerentes de asilo constantes, o número de refugiados também se manteve constantes no decorrer dos anos, passando de 117.234 em 2014 para 121.837 em 2017. Há que destacar que a França (com 337.177 refugiados), Suécia (com 240.962 refugiados) e Itália (com 167.335 refugiados) também apresentaram grande aumento no número de refugiados e estão à frente do Reino Unido, sendo que a Itália ultrapassou o Reino Unido neste número no ano de 2016.

Conforme demonstrado no Anexo 8 sobre os resultados dos requerimentos de asilo, atualmente, na Alemanha existem 50.1% de rejeições, 23.6% são considerados refugiados, 18.7% possuem proteção subsidiária e 7.6% possuem proteção por razões humanitárias. Já no Reino Unido existem 69.2% rejeições, 26.9% são considerados refugiados, 0.9% possuem proteção subsidiária e 3% possuem proteção por razões humanitárias.

Assim, face a todos os dados é válido ressaltar que existem ações para amenizar esta crise humanitária e de acordo com Piçarra (2016), a União Europeia está a realizar três principais medidas: a primeira é a receção inicial, identificação e registo no momento de requerer o asilo; a segunda seria o auxílio de proteção internacional para a Itália e a Grécia, já que muitas pessoas chegam às costas dos países via mar; e a última medida refere-se à declaração da União Europeia e à Turquia, para que este país possa receber mais refugiados.

De qualquer maneira, também existem três soluções duradouras para auxiliar nesta questão: a primeira seria a repatriação voluntária, na qual o refugiado escolheria regressar ao seu país de origem, desde que houvesse a garantia de segurança para usufruir a proteção do seu governo; a segunda solução seria a integração local, onde os refugiados poderiam, legalmente, economicamente e socialmente serem integrados no país anfitrião ao qual requereu asilo; e a última solução seria a reinstalação, ou seja, o indivíduo é selecionado e transferido para um terceiro país que forneça garantias de que possuirá um estatuto de residência permanente (UNHCR, 2011b). Desta maneira iremos analisar a segunda solução que visa promover a integração local.

A European Commission (2014) afirma que se o requerente de asilo conseguir a concessão do pedido, possuirá direitos como possibilidade de inserção no mercado laboral, poder usufruir de cuidados de saúde e obter autorização de residência. E por isto é importante que

as análises dos requerimentos sejam realizadas com maior rapidez e que os Estados possam garantir mais estatutos de refugiados para que os indivíduos sejam auxiliados.

Com isto, esta análise será realizada através de inovações sociais que foram desenvolvidas face aos requerentes de asilo e aos refugiados e que promovam a sua integração na sociedade.

### **Capítulo III. Conceitos e direitos de requerentes de asilo e refugiados**

Para que exista o melhor entendimento sobre a temática dos requerentes de asilo e também dos refugiados é importante salientar aspetos que auxiliam na integração ou nos direitos destes indivíduos. Portanto, primeiramente será analisada a definição destes aspetos e será posteriormente averiguada a aplicação na Alemanha e no Reino Unido.

#### **3.1 Reagrupamento Familiar**

O reagrupamento familiar, de acordo com a UNHCR (2001a), consiste em reunir membros da família, podendo ser, por exemplo, aqueles pertencentes ao núcleo da família que é tido como marido, mulher e filhos. Entretanto, é importante salientar que a composição e definição de família pode divergir para diferentes culturas.

De acordo com o Jornal Oficial da União Europeia, OJEU (2013), o termo família significa que no país de origem já existia esta união, assim, para haver o reagrupamento familiar o membro poderia ser: esposo (a); um filho que possua menos de 18 anos; e até mesmo o pai, a mãe ou outro adulto responsável por quem beneficiou da proteção internacional ou estatuto de asilo.

Assim, uma pessoa que já tenha o estatuto de refugiado ou ao menos a autorização de residência permanente através apenas da proteção humanitária, poderia solicitar o reagrupamento de membros da sua família. Entretanto, isto não é uma regra e, portanto, o país pode aprovar o reagrupamento familiar apenas para o indivíduo que já possui o estatuto de refugiado.

A importância de compreender este termo se dará pelo fato de que isto poderá influenciar em aspetos de inovações sociais, como por exemplo, aquelas dirigidas ao setor habitacional, já que o Estado, por vezes, não poderá garantir habitação para toda a família.

A UNHCR (2001a, pp.1-2) define cinco princípios que sustentam e servem como diretrizes para que exista o reagrupamento familiar e são tidos como: a família é a unidade de grupo natural e fundamental da sociedade, e possui o direito de ser protegida pelos Estados; a família do refugiado é essencial para garantir a proteção e bem-estar dos seus membros individuais; o princípio da dependência implica critérios de reunificação familiar flexíveis e expansivos que são culturalmente sensíveis e específicos da situação; as considerações humanitárias apoiam os esforços de reunificação familiar; e a família de refugiados é essencial para que a integração dos refugiados seja bem-sucedida.

Portanto, através dos princípios citados, o reagrupamento familiar apresentaria vantagens por existir maior e melhor integração na sociedade, sendo que outro aspeto seria a inclusão de pessoas que podem estar em circunstâncias mais vulneráveis, como por exemplo, crianças ou pessoas com idades mais avançadas pois, poderiam ter maiores dificuldades para usufruir dos serviços e de assistência. A UNHCR (2001a) também afirma que mulheres e crianças que estejam sozinhas acabam por ter maior risco de abuso e exploração, podendo ser reduzido este risco com o reagrupamento familiar.

A UNHCR (2001a) relata que já foi constatado que a família é essencial para aumentar a possibilidade de integração dos refugiados e que existe a dependência entre os indivíduos da mesma família para fornecer suporte mútuo.

A International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2001) menciona que os Estados não deveriam inserir limitações para o reagrupamento familiar em situações de asilo permanente, sendo que, pelo menos deveria ser admitido no seu território o marido/mulher e os filhos dependentes de qualquer pessoa que já possui a garantia de proteção temporária.

A UNHCR (2001a) menciona que se for necessário, caso exista suspeita na solicitação, podem ser realizados testes de ADN para garantir que se trata mesmo de um familiar, entretanto, isto deve ser realizado com o consentimento do refugiado e da família. Assim sendo, será relatado como ocorre o reagrupamento familiar na Alemanha e no Reino Unido.

### **3.1.1 Reagrupamento Familiar na Alemanha**

De acordo com AIDA (2016a), na Alemanha o reagrupamento familiar ocorre apenas quando o indivíduo já possui ao menos o estatuto de refugiado.

Grote (2017) informa que existiu a suspensão do reagrupamento familiar entre março de 2016 até março de 2018 para todos os indivíduos que possuíam permissão de residência com o auxílio subsidiário. É importante notar que no início deste período o governo alemão passou a dar mais subsídios financeiros do que estatuto de refugiado aos indivíduos, o que barrou a possibilidade de muitos indivíduos solicitarem o reagrupamento familiar. De acordo com o jornal Deutsche Welle (2018), existiu o prolongamento da suspensão em fevereiro de 2018 por mais 6 meses.

Para que o indivíduo possa realizar a solicitação de reagrupamento familiar deve notificar as autoridades alemãs num prazo máximo de 3 meses após a emissão do estatuto do refugiado,

assim, a família do refugiado necessita de ir até à embaixada alemã para que além de solicitar o reagrupamento familiar, possa solicitar o visto e assim conseguir ter o direito de ir até à Alemanha (AIDA, 2016a).

O Estado alemão afirma que as pessoas que são elegíveis para o reagrupamento familiar são: a esposa (o) ou parceiro registado (que podem ser do mesmo sexo); crianças menores solteiras; e se houver crianças não acompanhadas, os pais também têm direito a usufruir do reagrupamento familiar e ir morar com a criança, entretanto, isto só pode ocorrer caso não exista nenhuma outra pessoa que tenha a custódia desta criança na Alemanha (AIDA, 2016a).

### **3.1.2 Reagrupamento Familiar no Reino Unido**

Ao contrário da Alemanha, de acordo com a AIDA (2016b), o reagrupamento familiar no Reino Unido pode ocorrer tanto para indivíduos que já possuam o estatuto de refugiado quanto para quem, ao menos, já usufrui de proteção humanitária.

Entretanto, o único grupo de pessoas que pode fazer parte do processo de reagrupamento familiar, seria, de acordo com AIDA (2016b), os filhos dependentes, desde que sejam menores de 18 anos e o esposo (a), podendo ser do mesmo sexo, sendo que as crianças não podem requerer reagrupamento familiar para os seus pais ou irmãos.

## **3.2 Sistema Europeu Comum de Asilo**

Para se ter uma análise mais apurada sobre o tema é importante compreender como ocorre o funcionamento do sistema europeu comum de asilo, que possui sigla em inglês *CEAS* e foi criado com o intuito de facilitar e padronizar o procedimento de solicitações de asilo em toda a União Europeia.

A importância deste sistema se dará para saber se as inovações sociais podem ajudar os requerentes de asilo de alguma forma, como por exemplo, para a habitação, para o emprego e para a educação enquanto ainda estão no processo de requisição de asilo.

Para tanto, outro relevante conceito refere-se ao sistema de Dublin, que de acordo com ECRE (2015) foi desenvolvido para atingir três objetivos principais que asseguravam que apenas um Estado membro é o responsável pela análise da aplicação de proteção internacional, para impedir que existam múltiplas solicitações de asilo nos Estados membros e para determinar o mais brevemente possível o Estado membro responsável por garantir o efetivo acesso aos procedimentos de asilo.

Atualmente o sistema de Dublin está em sua terceira versão e foi criado com o objetivo de melhorar e atualizar as versões anteriores, entretanto, ainda assim, existem falhas já que devido à atual crise humanitária, muitos indivíduos, provenientes da Síria por exemplo, atravessam o mar mediterrâneo e chegam à Itália e à Grécia, o que faz com que estes Estados possuam um número elevado de requerentes de asilo.

Assim, o European Commission (2014) afirma que o processo deveria ser idêntico em toda a União Europeia e que, quando chegar ao país, o indivíduo ou grupo de indivíduos devem receber alimentação e alojamento; posteriormente, as impressões digitais devem ser recolhidas a fim de identificar cada indivíduo, portanto, esta ação estimulará tanto o registo no sistema quanto a existência de maior controle sobre quem entrou no país; a próxima etapa consiste em uma reunião em que o requerente de asilo fornecerá informações sobre o porquê de realizar esta solicitação, desta maneira para haver imparcialidade e maior efetividade, nesta reunião participam um intérprete e um assistente especializado nos direitos que o indivíduo possui e a partir desta reunião é definido se o requerente de asilo poderá beneficiar do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária. Se por ventura existir recusa na solicitação do asilo, é possível contestar em tribunal.

De acordo com a European Commission (2014), para auxiliar os Estados membros, foi desenvolvida em 2003 a *Eurodac* no qual consiste em coletar as impressões digitais do requerente de asilo e armazená-la em um banco de dados disponível aos Estados membros. Portanto, a *Eurodac* é de vital importância para que exista maior controle dos indivíduos que estão a solicitar o asilo, já que assim, todos os Estados membros poderão saber se o indivíduo já solicitou asilo em outro país ou se até mesmo o outro país já aceitou ou não o requerimento.

No que diz respeito aos indivíduos que podem solicitar o asilo e tenham o intuito de obter o estatuto de refugiado e ser reconhecido como tal, existem quatro resultados possíveis.

O primeiro, seria a aceitação do Estado e a partir disto o indivíduo que solicitou o asilo passa a ser considerado como refugiado; o segundo resultado possível seria a não obtenção do asilo e, portanto, o indivíduo deve retornar ao seu país de origem já que nenhum outro Estado membro poderia aceitar uma nova solicitação; o terceiro, refere-se à permissão de residência temporária por razões humanitárias para que o indivíduo não retorne ao seu país de origem mesmo que não lhe seja atribuído o estatuto de refugiado já que o motivo que o levou a sair de seu país foi o receio real de perseguição ou guerra, por exemplo; e por último, o indivíduo que não conseguiu obter o estatuto de refugiado pode ser enviado para um terceiro país que

o aceite e que forneça a permissão de residência permanente. É importante salientar que se por ventura a solicitação para se tornar refugiado for rejeitada, não é possível solicitar novamente asilo dentro da União Europeia, salvo exceções como, por exemplo, se for menor.

A UNHCR (2011b) exemplifica que a permissão de residência temporária é tida como proteção internacional e inclui intervenções do Estado ou da própria UNHCR para assegurar os direitos, segurança e bem-estar do indivíduo.

Estas intervenções referem-se ao princípio de não devolução, que promove acesso aos padrões justos na determinação se o indivíduo é um refugiado, padrões de tratamentos humanos e a implementação de soluções que são tidas como duradouras (UNHCR, 2011b). Entretanto, existem críticas ao atual sistema de Dublin, assim, de acordo com Garcés-Mascareñas (2015), isto se deve ao fato de não existir justa distribuição dos requerentes de asilo para os demais Estados membros da União Europeia, desta maneira, a ideia do Estado que rececionou o requerente de asilo ser responsável pelo processo visava não existir “*asylum shopping*”, ou seja, o indivíduo entrar em território europeu e pesquisar onde quer solicitar o asilo, sendo que outro fator seria evitar que nenhum Estado membro se responsabilizasse pelo indivíduo.

Garcés-Mascareñas (2015) afirma que a outra crítica está justamente em não existir o questionamento sobre para que país o futuro requerente de asilo gostaria de aplicar e tentar se tornar refugiado.

Ou seja, a ideia seria fornecer a possibilidade de escolha e com isto, redistribuir os requerentes nos demais Estados membros de forma mais igualitária, assim, poderia existir limitações, como indicar países que poderiam escolher no momento.

Com isto, a ideia central é criar uma padronização na União Europeia que vise auxiliar os requerentes de asilo a ter uma análise mais eficiente, já que apenas um país irá realizar a análise para saber se poderá possuir o estatuto de refugiado.

### **3.2.1 Análise sobre o Sistema para Aplicação de Asilo na Alemanha**

Em relação ao funcionamento do sistema de aplicação de asilo na Alemanha, AIDA (2016a) informa que o tempo de permissão de residência são de 3 anos para os indivíduos que já conseguiram obter o estatuto de refugiado, 1 ano para aqueles com proteção subsidiária e pelo menos 1 ano para os indivíduos que obtiveram proteção humanitária.



O estatuto de refugiado também é conhecido na Alemanha como proibição de deportação e é formalmente emitido pelo Escritório Federal de Migração e Refugiados com sigla em alemão *BAMF* e tem autoridade sobre a decisão dos pedidos de asilo.

Quando o indivíduo recebe o estatuto de refugiado e reside na Alemanha por mais de 3 anos, não precisa de preencher todos os requerimentos que normalmente podem ser solicitados para receber a permissão de residência permanente, entretanto, ainda precisaria preencher pré-requisitos como possuir nível avançado de alemão, nível C1 do quadro comum europeu para línguas, provar que assegura a maior parte do custo do seu sustento e que reside em local com espaço apropriado para si e para sua família, se for o caso (AIDA, 2016a).

De acordo com AIDA (2016a), desde 2013 os requerentes de asilo não poderiam ser enviados de volta aos países de fronteira sem ter a sua aplicação registada, entretanto, não está claro se isto realmente está ocorrendo, uma vez que em 2016 existiram relatos sobre estes ocorridos, desta maneira, o Estado poderia alegar estar seguindo o sistema Dublin para retornar os indivíduos.

Não existe limite de tempo para que o *BAMF* informe sobre o estatuto de refugiado, mas se caso o período de 6 meses for ultrapassado, o requerente de asilo pode solicitar resposta para saber quando é provável que a decisão seja tomada (AIDA, 2016a).

De acordo com BAMF (2016), ao chegar ao país o requerente de asilo deve tirar uma foto e registrar as suas impressões digitais, se maiores de 14 anos, sendo que após isto, irão receber um comprovante de chegada ao país. Sendo que, é averiguado antecedentes criminais através do *Central Register of Foreigners*<sup>2</sup>.

O primeiro passo para todos os requerentes de asilo é se deslocar nas instalações de receção, centro de chegadas ou uma agência do *BAMF*, no qual é emitido o primeiro documento do requerente de asilo, que é o documento de chegada que serve como garantia de que reside na Alemanha, com isto, terá acesso aos benefícios do governo, como alojamento, tratamento médico e alimentação.

Para existir maior controle e melhor distribuição dos requerentes de asilo dentro do território alemão, as instalações que rececionam os requerentes de asilo deveriam promover acomodação tanto de caráter temporário quanto de longo prazo.

---

<sup>2</sup> Para mais informações ver <http://www.bamf.de/EN/DasBAMF/Aufgaben/FuehrungAZR/fuehrungazr-node.html>

Os requerentes de asilo recebem montante financeiro mensal e subsistência para cobrir sua estadia e necessidades pessoais e ao chegar nas instalações sempre há um tradutor para garantir que irá compreender os seus direitos e obrigações, sendo que há interação com o serviço *Eurodac* que também identifica se algum outro Estado está realizando o pedido de asilo ao indivíduo (BAMF, 2016).

Assim, após o devido preenchimento da requisição de asilo, o indivíduo recebe um certificado de sua permissão de moradia que, por um período de 3 meses, o requerente deve residir na região ou distrito da instalação em que solicitou o requerimento. Após estes 3 meses, é possível se mudar e morar em qualquer outra localidade do país.

De acordo com o BAMF (2016), o procedimento de Dublin é respeitado, assim, se algum Estado membro desta regulamentação já estiver a realizar o processo, a Alemanha não analisa o procedimento, entretanto, o que pode ocorrer é a atribuição de um Estado membro para outro realizar o procedimento de asilo, que é chamado de solicitação de transferência.

Em relação ao procedimento de requerer asilo, é garantido uma entrevista pessoal e um intérprete para o indivíduo que solicitou asilo e a presença é de caráter obrigatório, caso contrário o processo já pode ser descontinuado nesta etapa. Apesar de não serem entrevistas públicas, é possível que exista um representante da *UNHCR* para acompanhar a entrevista e caso seja uma criança menor, os pais ou a pessoa que possui a tutela pode participar desta entrevista (BAMF, 2016).

Quanto aos possíveis resultados para o procedimento, o indivíduo poderá ter o estatuto de refugiado, em que será permitido ficar no país por 3 anos, com autorização de estabelecimento após 3 ou 5 anos de moradia, sem restrições ao acesso ao mercado laboral e elegível para o reagrupamento familiar (BAMF, 2016).

Outra possibilidade seria a proteção subsidiária, onde existiria a permissão de residência por 1 ano, podendo ser prolongada por mais 2 anos, com permissão de estabelecimento depois de 5 anos, mas não é elegível para o reagrupamento familiar (BAMF, 2016).

Caso não obtenha o estatuto poderá possuir a proteção de refugiado, no qual é semelhante ao anterior, mas existe o reconhecimento de que além do governo do seu país anterior ser responsável pela sua perseguição, também pode ter ocorrido por membros relacionados ao governo (BAMF, 2016). Ou seja, isto refere-se à proibição nacional de deportação, no qual o indivíduo não pode ser enviado de volta ao seu país por existir perigo à vida, de ser ferido ou perigo à sua liberdade, assim, existe a permissão de residência por pelo menos um ano,

com possível extensão, permissão de estabelecimento depois de 5 anos, permissão para trabalhar, mas também não é elegível para o reagrupamento familiar (BAMF, 2016).

Apenas se o indivíduo não for classificado nestas categorias é que seria notificado de uma intenção de deportação, onde ainda poderia realizar uma reclamação sobre a decisão que será avaliada por uma ação judicial (BAMF, 2016).

É importante clarificar que de acordo com AIDA (2016a), o tempo limite para que o requerente de asilo possa aplicar para um trabalho é de 3 meses e se caso ficar em um centro de recepção, não poderá se candidatar a um emprego, já que estará aos cuidados do Estado, entretanto, afirma que é difícil manter um requerente de asilo nestes centros por longos períodos.

Caso o indivíduo seja proveniente de algum país para o qual não é seguro o seu retorno, mesmo que esteja em centro de recepção, apenas poderá procurar emprego a partir do seu sexto mês (AIDA, 2016a). Ainda é importante destacar que o requerente de asilo não pode ser autônomo e criar algum tipo de empreendimento já que isto dependeria de um estatuto de residência.

Entretanto, para o mercado de trabalho, devem solicitar autorização de permissão de trabalho e para tanto devem provar ao Estado de que existe uma proposta de emprego oficial do qual deve mencionar por parte da organização contratante que o indivíduo será contratado caso a permissão de trabalho seja atribuída (AIDA, 2016a).

### **3.2.2 Análise sobre o Sistema para Aplicação de Asilo no Reino Unido**

De acordo com o UK Visas and Immigration (2016), o indivíduo que deseja aplicar ao requerimento de asilo, normalmente, poderia realizar a solicitação no aeroporto, entretanto, se caso isto não ocorrer, deverá se deslocar até à unidade de admissão de asilo que fica em Croydon ao sul de Londres, sendo que inicialmente o indivíduo solicita o agendamento e depois recebe a notificação sobre a data e hora que deverá comparecer ou caso o indivíduo necessite, existe a possibilidade de se deslocar até ao local para receber moradia e necessidades extras enquanto aguarda ser convocado.

Para a UK Visas and Immigration (2016), o procedimento inicial demora em média 4 horas e consiste na coleta das impressões digitais e fotografia, assim, já é realizada análise sobre a existência de um processo de asilo em outro país para o mesmo indivíduo. Também é realizada a confirmação se o indivíduo irá solicitar alojamento e qual será a localização que o

mesmo ficará no Reino Unido, sendo que o objetivo da entrevista é compreender como chegou ao Reino Unido, conhecer o indivíduo e o porquê de abandonar o país.

Ao realizar o requerimento de asilo, o indivíduo recebe um cartão de aplicação de registo que é a prova que o mesmo está a solicitar asilo no Reino Unido, entretanto, este cartão, apesar de possuir dados pessoais, não é considerado como sendo um cartão de identidade.

De acordo com a UK Visas and Immigration (2016), é possível solicitar uma cópia da entrevista e se caso o indivíduo possuir filhos menores, estes poderão ficar numa sala para a família e serão cuidados enquanto a entrevista ainda estiver sendo realizada. Entretanto, pode levar um representante legal ou até mesmo um (a) amigo (a) para fornecer suporte, mas estes não podem responder a nenhuma questão. Quando for solicitado, o indivíduo deve comparecer, caso contrário, o processo será dado como revogado e o indivíduo terá que sair do Reino Unido.

A UK Visas and Immigration (2016) afirma que enquanto o procedimento de asilo está sendo analisado, o requerente não tem permissão para trabalhar e que o objetivo do governo é que o procedimento finalize em 6 meses.

Em relação aos resultados após a devida análise, pode existir o estatuto de refugiado, do qual UK Visas and Immigration (2016) afirma que diz respeito à convenção de 1951 e que o requerente de asilo poderá permanecer no local por até 5 anos, podendo, após este período, solicitar a autorização de permanência a longo prazo.

Se caso o indivíduo não for aceite no item anterior, mas existir provas que necessita de auxílio, é cedido, de acordo com a UK Visas and Immigration (2016), a proteção humanitária, que pode permanecer no Reino Unido no período máximo de 5 anos mas se caso for provado que é possível retornar ao país de origem, será obrigado a regressar.

Caso não seja aplicado nenhum dos itens acima, ainda poderia ser cedido uma permissão temporária de residência, mas não existe a evidência de quantos meses poderia ficar já que é analisado caso a caso.

Assim, só após possuir o estatuto de refugiado ou a proteção humanitária é que o indivíduo possuirá os mesmos direitos que um cidadão do Reino Unido.

Em relação à acomodação, a UK Visas and Immigration (2016) garante que se caso seja necessário, o indivíduo poderá se alojar no que é chamado acomodação inicial, e se for comprovado que não pode ter uma morada, poderá ser contemplado com um alojamento a longo prazo na mesma região.

## Capítulo IV. Inovações Sociais

### 4.1 Conceito de Inovação Social

Após o entendimento e compreensão dos itens anteriores é importante ressaltar o conceito de inovação social neste trabalho. Assim, o mesmo tem por objetivo, através de inovações, prover meios para superar as barreiras sociais, como por exemplo a da integração. De acordo com a BEPA (2010), o conceito de inovação social tem início em Max Weber que havia definido a relação entre a ordem social e a inovação pelo impacto na mudança de comportamentos sociais e que foi apenas após o ano de 1990 que o conceito reemergiu com grande escala entre os autores.

BEPA (2010) define inovação social como novas ideias, sejam em produtos, serviços e modelos, que simultaneamente satisfazem as necessidades e desenvolvem novas relações sociais ou colaborações, assim, são inovações positivas para a sociedade, já que também melhoram a capacidade de resposta dos problemas em questão.

Para o The Economist (2016), inovação social pode se referir a algum novo projeto ou atividade que seja dirigida às necessidades sociais. Isto também é relatado no The Young Foundation (2012) que informa que inovações sociais são novas soluções, sejam estas em termos de processos, mercados, modelos, serviços ou produtos, que simultaneamente encontram a necessidade social, que devem causar maior impacto do que as soluções existentes, e com isto levarão a novos relacionamentos ou irão aprimorar os relacionamentos entre os atores, podendo existir também, melhor utilização de recursos e ativos.

Portanto, a ideia é de que a sociedade ou grupo de indivíduos sejam o foco da inovação social e que assim, possam realizar ações das quais encontram dificuldades na execução. Isto pode ser ampliado para os requerentes de asilo ou refugiados uma vez que poderiam usufruir de inovações sociais para terem acesso ao ensino superior, por exemplo.

Para a OECD (2011) a inovação social identifica e fornece novos serviços que melhoram a vida dos indivíduos e comunidades, sendo que difere da inovação económica uma vez que não é sobre introduzir novos tipos de produtos ou exploração de novos mercados, mas sim pelo fato de satisfazer necessidades não providas pelo mercado.

Entretanto, nem todas as inovações sociais são da mesma intensidade e assim, BEPA (2010) desenvolveu a classificação das inovações sociais em três grandes categorias. A primeira dita como inovação social de base visa responder a procura sociais urgentes que não são

abordadas pelo mercado e são direcionadas a grupos vulneráveis da sociedade. A segunda aborda questões que incluem desafios sociais em que as fronteiras entre social e econômico não são bem definidas e que são orientados para a sociedade como um todo, um exemplo citado pelos autores é a Cruz Vermelha. Por fim, a última categoria visa criar mudanças nas atitudes e valores, nas estratégias e políticas, no serviço e sistema de entregas, por exemplo, para alterar a conscientização sobre a importância da reciclagem.

Portanto, as inovações sociais que iremos tratar no presente estudo serão sobretudo da primeira categoria, já que estarão direcionadas exclusivamente para os grupos vulneráveis em questão, refugiados e requerentes de asilo, e assim, irão responder às procuras sociais urgentes.

Em relação às barreiras desta primeira categoria, BEPA (2010) define inicialmente a forma de conseguir acesso financeiro para a inovação social. Isto faz com que seja necessário haver a captação de dinheiro, sendo que poderia ocorrer, por exemplo, através de um financiamento coletivo que é conhecido em inglês como *crowdfunding*.

Desta forma, é importante evidenciar que a inovação diz respeito à capacidade de desenvolver e implementar ideais novas que possuam real significado ao serem entregues, sendo que o social está relacionado com a forma com que este significado é entregue já que deve ser com menor preocupação com o lucro e com maior direcionamento às questões de solidariedade e bem-estar (BEPA, 2010).

Lévesque (2005) identifica que a inovação social pode ser entendida como uma intervenção que visa atender a uma necessidade, prover uma solução para determinada problemática e também visa modificar as relações sociais através de oportunidades de ação. Já para Phills Jr. *et al.* (2008), a inovação social representa a distribuição dos valores financeiros e sociais voltados para a sociedade, com isto, pode ocorrer através de uma ideia, legislação, movimento social, intervenção, produto, tecnologia ou até mesmo com combinações entre os fatores citados.

A partir destas definições podemos compreender que para este trabalho a temática da inovação social é fundamental, já que devido à atual crise humanitária que a Europa está enfrentando ao não conseguir elaborar políticas adequadas para a receção e integração dos requerentes de asilo e dos refugiados é necessário desenvolver inovações que tragam benefícios para a sociedade como um todo.

Portanto, de acordo com Hill e Ludlow (2015), a inovação social tem tanto o potencial para impactar uma economia quanto para impactar o social sendo que pode surgir de diferentes formas, como por exemplo, através de organizações já estruturadas ou não.

Entretanto, não podemos pensar em inovação social apenas para um setor não lucrativo uma vez que, de acordo com Mulgan *et al.* (2007), pode ser aplicada por políticas e Estado (como por exemplo, novos modelos de saúde pública), mercados (como por exemplo, comida orgânica), movimentos (por exemplo, o comércio justo), e por empresas sociais (por exemplo, de microcrédito). Por fim, Moulaert *et al.* (2005) afirmam que a inovação social está relacionada com a inclusão social e que isto é possível através de agências e instituições que lideram esta inclusão de grupos e indivíduos em várias esferas da sociedade. Os autores destacam também que por conta disto, a inovação social também está relacionada com a superação de forças conservadoras que querem preservar situações de exclusões sociais.

Para que fosse possível identificar as ações que cada país realiza no âmbito da inovação social, o *The Economist* elaborou um índice sobre inovação social ao redor do globo com 4 pilares fundamentais.

O primeiro pilar é o da estrutura institucional e política que inclui a efetividade do sistema na implementação da política e quadro jurídico para empresas sociais. O segundo pilar diz respeito ao financiamento a este tipo de inovações, ou seja, se o governo auxilia no desenvolvimento e quanto os governos gastam no âmbito social como um todo. Já o terceiro pilar compete ao empreendedorismo, como forma de ser fácil iniciar um negócio e a lógica de tomada de risco e por fim, a sociedade em âmbitos como a cultura do voluntariado e o envolvimento da sociedade civil.

Com isto, de acordo com o *The Economist* (2016), os países da União Europeia com melhor índice em inovação social são: o Reino Unido (com 77,3% de pontuação), sendo ainda considerado da União Europeia, a Dinamarca (com 71,2%), a Bélgica (com 69,2%), a França (com 66,4%), a Alemanha (com 66%) e a Suécia (com 65,7%). Se for analisado a nível mundial, de acordo com o índice, o Reino Unido e a Alemanha ocupam, respectivamente, o 2º e o 8º lugar.

Outro fator relevante do estudo é a indicação de que o Reino Unido e a Alemanha estão entre os 9 países do mundo em que o governo realiza a coleta de informações sobre inovação social e pesquisa sobre o impacto e necessidade da inovação social.

Isto demonstra que a escolha destes países para este estudo também diz respeito às suas ações e às suas posições no ranking de inovações sociais uma vez que estão com bom índice

tanto em termos europeus quanto em termos mundiais e isto poderia representar maior possibilidade de desenvolvimento de inovações sociais para os requerentes de asilo ou refugiados.

De qualquer maneira, é importante salientar que uma inovação também pode ocorrer a nível de processos e não apenas de produto, sendo que existe a possibilidade de ser uma inovação incremental ao invés de ser uma inovação radical.

Assim, a OECD (2011) define que as inovações incrementais são realizadas em algo que já existe e a radical é algo totalmente novo e que a maioria das inovações sociais são incrementais. Portanto, a inovação incremental pode ser tida como aperfeiçoamentos em algo que já existe e inovação radical trata-se de algo absolutamente novo e que até o momento não existia.

Com isto, The Young Foundation (2012), descreve que as inovações sociais não precisam de ser completamente originais ou únicas, mas que devem ser novas ou no campo de atuação, no setor, na região, no mercado, no público alvo ou na sua aplicação.

Para tanto, BEPA (2010) afirma que uma inovação social pode utilizar tecnologias já existentes e demonstram o que não pode ser considerada inovação social, como por exemplo, novo nome para algum programa ou inovação já existente ou apenas algo com o cunho social, já que deve existir também novas formas de interação entre os atores, como indicações ou fluxos de informações entre os atores. A OECD (2011) afirma que uma inovação social pode ser simples e que em muitos casos é necessário apenas uma nova maneira de se pensar e realizar os procedimentos.

Mulgan *et al.* (2007) relatam a diferença entre inovação social e negócios inovativos, em que este último é motivado pela maximização dos lucros e não necessariamente voltado para o âmbito social, sendo que a inovação diz respeito ao fato de quando o sistema não funciona e os problemas se podem aprofundar.

A seguir serão abordadas as inovações sociais nos setores educacionais, habitacionais e laborais que auxiliam os requerentes de asilo e os refugiados. Assim, a ideia principal é demonstrar as inovações sociais que podem ser replicadas, seja pelo seu modelo como um todo ou ideia central.



## 4.2 Inovação social no setor educacional

Com o entendimento dos conceitos destacados nos itens anteriores, iremos inicialmente analisar a inovação social no setor educacional, dirigida ao ensino superior.

A escolha deste setor refere-se ao fato de que, como a UN (2015) afirma, em seu artigo 26, que todos devem possuir acesso à educação e deveria ser de forma gratuita, ao menos para os estágios elementares, sendo que o acesso ao sistema de ensino superior deveria ocorrer com igual acesso para todos com base no mérito.

De acordo com a UNHCR (2011a) as oportunidades para o ensino superior aos requerentes de asilo e refugiados são escassas e que por isso realizam o suporte do *DAFI*<sup>3</sup>, que é um programa alemão que visa prover bolsas de estudos em colégios e universidades no país no qual o indivíduo está afetado, entretanto, reconhece que o número de bolsas cedidas não é o suficiente.

Para Dryden-Peterson (2011) o acesso à educação é um direito humano básico e componente central para o desenvolvimento de estratégias que visam reduzir a pobreza, gerar estabilidade, crescimento econômico e melhores condições de vidas para crianças, famílias e comunidades. Entretanto, para a UNHCR (2017c) apenas 1% dos jovens refugiados ao redor do mundo, conseguem ter acesso ao ensino de uma universidade. Com isto, o auxílio da inovação social para o ensino superior é vital para os requerentes de asilo e para os refugiados.

### 4.2.1 Alemanha: *Kiron Open Higher Education*

Esta inovação social dirigida ao setor educacional foi desenvolvida em 2015 na Alemanha e chama-se *Kiron Open Higher Education*.

Para entender o porquê do desenvolvimento desta inovação social é preciso compreender o que o sistema educacional europeu exige como requisito, em muitos dos casos, para quem deseja iniciar os seus estudos de ensino superior. Assim sendo, o que muitas instituições podem solicitar são: o documento de identificação, o diploma de ensino médio e que o mesmo seja reconhecido no país de destino, falar a língua do curso, possuir dinheiro para custear as tarifas escolares e se for refugiado, o comprovativo que está registado legalmente no órgão governamental do país anfitrião.

---

<sup>3</sup> Para mais informações ver: <http://www.unhcr.org/dafi-scholarships.html>

Se por ventura o requerente de asilo ou refugiado não preencher um destes requisitos, pode não ser aceite pela instituição de ensino. Como muitos dos requerentes de asilo e refugiados abandonam o seu país e acabam por não levar todos os seus pertencem, na maioria, não levam consigo os documentos comprovativos de estudo, como por exemplo o diploma do ensino médio, e já pela falta deste documento não poderiam iniciar ou continuar os seus estudos mesmo que cumprissem todos os demais requisitos.

De acordo com a UNHCR (2012), as barreiras existentes para os requerentes de asilo e para os refugiados iniciarem os seus estudos são os custos, a ausência das documentações legais, a capacidade das instituições de aceitarem os estudantes e a língua. Entretanto, a UN (2015) afirma, em seu artigo 26, que o acesso à educação é um direito de todos e deve ser realizado com base no mérito.

Em relação aos benefícios de ser fornecido o ensino superior, a UNHCR (2012) relata que os jovens refugiados querem continuar os seus estudos para prover serviço à sua comunidade, assim, os benefícios seriam: o desenvolvimento de liderança cívica, que é tida como essencial ao se pensar em soluções duráveis; o desenvolvimento de competências e também de confiança, já que existiria participação na vida cívica, o que aumentaria a qualidade de vida e a proteção dos refugiados; e por fim, com a oferta do ensino superior existiria uma motivação para que os jovens realizem e completem o ensino médio e o ensino educacional anterior a este também.

Para tanto, a *Kiron* foi desenvolvida com o intuito de superar os obstáculos e dificuldades dos requerentes de asilo e dos refugiados para iniciarem os seus estudos, assim, será possível promover a integração através do sistema educacional, sendo que não há custos para que os requerentes de asilo e os refugiados estudem, uma vez que a plataforma solicita doações em seu *website* e também realiza captação monetária através de *crowdfunding*.

De acordo com a Kiron (2017), a mesma não é uma universidade e sim uma plataforma de ensino que se baseia em dois principais blocos, o primeiro é o de ensino *online* à distância e o segundo tem ocorrência presencial numa universidade parceira.

O primeiro bloco *online* pode ser realizado em 2 anos e possui cursos digitais como os *Massive Open Online Courses (MOOCs)* que através de parcerias com instituições, tais como Harvard e MIT, foi possível personalizar estes cursos *online* gratuitos a fim de que sejam disponibilizados para projetos de trabalho em equipa. Nessa primeira etapa é possível utilizar *tablets* e computadores disponibilizados pela Kiron em locais em que a organização dispõe destes equipamentos (KIRON, 2017).

A Kiron (2017) afirma que existem 5 cursos disponíveis em sua plataforma, nomeadamente, Economia Empresarial, Ciência da Computação, Engenharia Mecânica, Ciência Política e Trabalhos Sociais, sendo que todos são ministrados em inglês. Ainda neste primeiro bloco são disponibilizadas aulas *online* na língua do curso, por exemplo, caso o estudante não tenha o nível necessário de inglês receberá este curso para melhorar a sua fluência na língua. Atualmente, afirmam que possuem mais de 3.000 estudantes registrados na plataforma e que mais de 30 já estão a estudar em universidades parceiras.

Outra atividade realizada é o fornecimento de suporte psicológico, assim, caso o indivíduo necessite, por questões pessoais e traumas que viveu anteriormente, poderia ser auxiliado com especialistas do setor.

Após esta primeira fase de estudos *online*, o aluno realizará o curso em período entre um a dois anos de ensino, sendo realizado presencialmente numa universidade parceira da plataforma Kiron. Segundo a Kiron (2017), existem 48 parceiros acadêmicos que fornecem o devido apoio para garantir as aulas presenciais dos alunos, dentre as quais estão, por exemplo, a *Berlin School of Economics* e a *International Berlin University Applied Sciences*, sendo que atualmente expandiram suas atividades também para França.

Em suma, estas instituições parceiras aceitam os requerentes de asilo e os refugiados porque em muitas ocasiões existem desistências nos cursos nos últimos anos, assim é possível fornecer estas vagas que não estão mais a serem utilizadas. Ao fim desta etapa presencial, a universidade parceira reconhece o ensino a distância dos dois primeiros anos e fornecerá um diploma ao indivíduo.

A Kiron (2017) também possui uma plataforma *online* que auxilia os seus alunos a encontrarem empregos, portanto, a integração na sociedade será mais efetiva.

Portanto, é possível notar que a inovação dos processos da Kiron em fornecer o ensino aos indivíduos é dita como uma inovação social uma vez que irá exercer impacto nos indivíduos e na sociedade em que estarão inseridos, além de promover a educação, posteriormente auxiliarão com a inclusão no mercado de trabalho. Assim, até mesmo o Estado será beneficiado, pois ao receberem o diploma podem ter maiores chances de estarem empregados, portanto, estes indivíduos irão pagar os impostos e irão contribuir para o sistema social do país, sem mencionar que isto irá reduzir o custo para integração dos requerentes de asilo e dos refugiados nos países de acolhimento já que não será necessário que o Estado provenha suporte financeiro a estes indivíduos.

#### 4.2.2 Reino Unido: *Article 26*

De acordo com o *Article 26* (2012), o seu início ocorreu em junho de 2010 através da *Helena Kennedy Foundation*<sup>4</sup> e tem por objetivo principal fornecer, no Reino Unido, o acesso ao ensino superior para requerentes de asilo e para refugiados. Entretanto, realizam instruções, como será visto a seguir, para as universidades fornecerem bolsas de estudos apenas para os requerentes de asilo.

O nome *Article 26* refere-se ao artigo 26 da declaração universal dos direitos humanos, do qual informa que todos devem possuir o mesmo acesso ao ensino superior e que isto deve ocorrer com base no mérito, sendo que os requerentes de asilo e os refugiados já demonstram resiliência e compromisso com os seus estudos ao procurar acesso ao ensino superior (ARTICLE 26, 2014).

O trabalho do *Article 26* (2018) é realizado através de parcerias com universidades para promover o suporte necessário para que os requerentes de asilo e os refugiados possam entrar no ensino superior através de *sanctuary scholarships*.

O *Article 26* (2012) afirma que o termo *sanctuary* foi desenvolvido em substituição ao requerente de asilo, assim, as bolsas de estudos para requerentes de asilo e refugiados no Reino Unido são chamadas *sanctuary scholarships*.

A lacuna para que esta inovação social fosse necessária, conforme relata o próprio *Article 26* (2018), é que existem dificuldades para quem deseja estudar no Reino Unido, tais como, no alto custo financeiro e o fato de que os requerentes de asilo serem classificados como estudantes internacionais e com isto o valor da propina acaba por ser mais caro do que para os estudantes nacionais.

*Article 26* (2018) informa que os requerentes de asilo não possuem a permissão para conseguir acesso ao empréstimo estudantil, como por exemplo, o que é concedido pelo *Student Loan Company*<sup>5</sup>. E isto acaba por criar uma barreira já que sem o devido acesso, o mesmo pode não conseguir ingressar na instituição de ensino. Entretanto, a Escócia é o único local dentro do Reino Unido em que o requerente de asilo pode solicitar financiamento

---

4 A fundação Helena Kennedy foi estabelecida em 1998 e tem uma experiência no suporte de pessoas que precisam superar barreiras sociais e econômicas para aceder ao sistema educacional do ensino superior. Para mais informações ver: <http://www.hkf.org.uk/>

5 Student Loan Company é uma empresa pública do Reino Unido que promove empréstimo para que estudantes possam entrar em universidades e colégios. Para mais informações ver: <https://www.slc.co.uk/>

estudantil (ARTICLE, 2014). Com isto, poderia existir menor incidência de *sanctuary scholarships*.

Para que seja possível ter uma base sobre o custo para estudar no ensino superior do Reino Unido, de acordo com o Article 26 (2014), pode chegar a mais de 27.000 euros para três anos de estudo de licenciatura.

O Article 26 (2014) relata que mantém as suas operações através de financiamentos e doações, tanto de instituições quanto individuais, que fazem com que esta inovação social continue a funcionar. Entre as instituições, destacam-se a *Save the Children*, *Diana the Princess of Wales Memorial Fund*, *Schwab and Westheimer Trusts*, *Scurrah Wainwright Charitable Trust*, *Network for Social Change*. Quanto às parcerias com as instituições de ensino, temos que em 2014, existiam mais de 15 universidades parceiras, e em 2018, existem mais de 40 universidades que fornecem os *sanctuary scholarships* (ARTICLE 26, 2014, 2018).

O Article 26 (2018) relata que promovem três tipos de *sanctuary scholarships*. O primeiro visa fornecer a qualificação para universidades, como por exemplo, cursos para alcançar o nível de inglês exigido pelas universidades, ou cursos com certificados que podem auxiliar os estudantes a obterem a creditação necessária para ingressarem no ensino superior ou de pós-graduação. No *website* existem mais de 60 *sanctuary scholarships* dirigidas a este âmbito.

O segundo tipo, refere-se ao ensino superior, do qual no *website* existem mais de 40 *sanctuary scholarships* disponíveis. Já o terceiro tipo é o de pós-graduação ou mestrado, do qual afirma que os mais procurados são o mestrado de artes, mestrado de ciência e mestrado de administração de empresas. Atualmente existem mais de 50 vagas disponíveis em diversas áreas.

O Article 26 (2014) informa que além de conseguirem possuir uma bolsa de estudo de caráter integral, também podem receber o devido suporte financeiro para que possam proceder com os seus estudos já que o requerente de asilo não tem permissão para trabalhar, ou seja, este suporte serviria para auxiliar com a habitação e com os custos da vida cotidiana.

Com isto, a forma com que o *Article 26* funciona está centrada na realização de conexões com as instituições de ensino a fim de que a mesma possa conceder bolsas e suporte financeiro para os requerentes de asilo e para os refugiados, e portanto, desenvolve novos pontos de contato que não existiam anteriormente, sendo que pelo fato de haver padronização para este tipo de bolsa, as instituições de ensino fornecerão o mesmo tipo de bolsa com procedimentos idênticos para análise e concessão de bolsa.

De acordo com o Article 26 (2014), cada instituição de ensino parceira é responsável por realizar o processo de seleção dos estudantes para receber as *sanctuary scholarships* que o Article 26 auxilia na promoção, o que permite que a inovação social coordene e construa uma rede de *networking* de universidades parceiras.

No *website* do Article 26 é possível visualizar os *sanctuary scholarships* que estão disponíveis em cada instituição de ensino, mas caso o requerente de asilo ou refugiado necessitar de ajuda, poderá contatar o Article 26 para que possa realizar o seu devido registo e concluir todos os procedimentos com sucesso.

Para fornecer melhores instruções para as universidades e instituições de ensino, o Article 26 criou um guião sobre como desenvolver, administrar e implementar os *sanctuary scholarships* para requerentes de asilo e refugiados. Neste guião as instituições recebem a devida instrução para que seja desenvolvido de maneira correta e idêntica, como por exemplo, a privacidade, integração no meio académico e que o processo de seleção dos candidatos seja transparente (ARTICLE 26, 2018).

O Article 26 (2014) afirma que alguns cursos podem não estar acessíveis, como o de medicina ou de odontologia já que estes cursos possuem valor mais elevado, portanto, as universidades fornecem a bolsa Article 26 para cursos com menores candidaturas e também cursos que tenham custo financeiro inferiores.

De acordo com Article 26 (2018), no início de suas operações, as candidaturas eram realizadas junto com o Article 26, entretanto, atualmente, existe um novo procedimento e novo modelo para aplicações.

Desta maneira, o procedimento inicial é tido com o requerente de asilo ou refugiado realizando o registo e submeter a sua candidatura via UCAS<sup>6</sup>, que é a instituição que centraliza os processos de admissão para as universidades do Reino Unido. Com isto, através deste registo é possível escolher mais de uma instituição em ordem preferencial de estudo. (ARTICLE 26, 2014).

Após o resultado positivo do UCAS, o candidato deve entrar em contato com o Article 26 que irá analisar se toda a documentação que o requerente de asilo possui, está correta. Se por ventura toda a documentação estiver de acordo, o candidato irá receber um *e-mail* da equipa do Article 26 com o formulário e o processo de seleção da devida instituição, podendo existir,

---

<sup>6</sup> UCAS é uma para mais informações ver <https://www.ucas.com/>

por exemplo, exames para serem realizados, sendo que isto ocorre porque cada instituição pode possuir o seu processo para avaliações e seleções.

O candidato irá preencher este formulário com os seus dados pessoais, fornecendo o consentimento de que o *Article 26* irá ter acesso ao seu histórico escolar para que seja realizado o devido acompanhamento. Se caso for necessário refazer alguma cadeira, isto não terá a devida bolsa e o indivíduo deverá arcar com os custos.

O Article 26 (2014) recomenda que o suporte financeiro fique restrito aos estudantes que não podem ter acesso ao financiamento estudantil, ou seja, os requerentes de asilo. Se caso durante o percurso acadêmico o requerente de asilo obtiver o seu estatuto de refugiado, o suporte financeiro é suspenso e então, redirecionado para um novo requerente de asilo.

O Article 26 (2014) afirma que o financiamento que a instituição realiza de maneira efetiva são os custos associados com deslocação até à universidade, livros e equipamentos no qual o estudante pode receber voucher ou o *Article 26* realiza o pagamento anual destas despesas. Deve ser levado em consideração o local onde o estudante reside, para que não exista a necessidade de suporte financeiro de mobilidade, sendo que, caso for atribuído, o custo de deslocação é pago para todos os estudantes e é realizado 2 vezes no ano (ARTICLE 26, 2014).

O Article 26 (2014) quer que seja fornecida a bolsa mais adequada em ordem de que seja garantido que o estudante irá conseguir finalizar os seus estudos. É igualmente importante ressaltar que se caso tiverem obtido alojamento na própria universidade e o período de 3 anos estiver encerrado, são obrigados a saírem do alojamento e procurar outra habitação.

Relativamente às práticas anteriores ao *Article 26*, temos que as instituições educacionais forneciam descontos, mas não existia estratégia e muitos acabavam por não finalizar o curso, com isto com o devido apoio do *Article 26* foi possível desenvolver uma estrutura mais adequada para os requerentes de asilo poderem finalizar os seus estudos.

Assim, o Article 26 (2014) indica que é necessário a instituição mantenha contato regular com o requerente de asilo a fim de realizar o devido *update* das suas documentações.

No que diz respeito aos *sanctuary scholarships* já fornecidos, de acordo com o Article 26 (2018) existiram, para o ensino superior o total de 111, 83, 93, para os anos de 2016, 2017 e 2018, respetivamente.

Já para a pós-graduação ou mestrado existiram 29, 50 e 52 bolsas para os anos de 2016, 2017 e 2018, respetivamente. E para cursos de língua, 68 e 51 bolsas de estudo, para os anos de 2017 e 2018, não existindo dados sobre 2016.

### 4.3 Inovação social no setor habitacional

Como podem existir ocasiões em que o Estado não consiga fornecer habitação para o requerente de asilo ou refugiado, como por exemplo, por motivos de um alto número de indivíduos que entrou no país e que não existia esta expectativa de acolhimento, é passível que a sociedade e outros atores auxiliem estes indivíduos.

Desta maneira, inovações sociais voltadas exclusivamente para este público poderão auxiliá-los não só a possuir uma habitação, a curto ou longo prazo, mas também em uma integração mais rápida na sociedade.

Para tanto, a habitação é fundamental para que os requerentes de asilo ou refugiados possam se instalarem e com isto, se sentirem mais seguros para realizarem outras ações que necessitem realizar, como estudar ou procurar emprego para conseguirem se sustentar.

#### 4.3.1 Alemanha: *Refugees Welcome*

A plataforma *Refugees Welcome* foi desenvolvida na Alemanha com o intuito de auxiliar refugiados a encontrarem um quarto, o que além da habitação poderia promover a integração do mesmo na sociedade, já que em princípio as pessoas que irão ceder o local já moram na região e poderiam ajudar no processo de adaptação.

Entretanto, no *website* a única menção que se faz sobre requerentes de asilo é que uma das fundadoras auxilia no contato do requerente de asilo com os donos dos quartos e no restante do *website* sempre são tratados como, apenas, refugiados.

Desta maneira, mesmo não estando explícito o foco e sendo que requerentes de asilo também poderiam beneficiar do projeto, temos que esta inovação social tem utilização tanto para refugiados quanto para requerentes de asilo.

Outro fator, é que o requerente de asilo pode não ter o devido financiamento do Estado para que consiga realizar o pagamento do quarto.

Assim, de maneira geral, a ideia principal é a de que os moradores informem a disponibilidade de arrendar ou ceder um quarto da sua habitação ao requerente de asilo ou refugiado.

De acordo com a *Refugees Welcome* (2018) o projeto foi desenvolvido em 2014 com o nome *Flüchtlinge Willkommen* que em inglês significa *Refugees Welcome* e afirma que já estão presentes em mais de 20 países e alguns destes não pertencentes à União Europeia, como a Austrália e o Canadá.



Por ser uma organização sem fins lucrativos, a mesma sempre solicita doações e atualmente possui um *crowdfunding* para auxiliar na sua rede internacional. A organização afirma que mais de 1,190 refugiados já foram auxiliados e encontraram alojamentos nos 20 países em que a organização atua (REFUGEES WELCOME, 2018).

De acordo com a Refugees Welcome (2018) existem basicamente 3 passos para que seja realizado com sucesso a ida do requerente de asilo ou refugiado até ao quarto de quem está a fornecê-lo. O primeiro consiste no registo do apartamento ou casa com informações básicas, como por exemplo, nome e data de nascimento do indivíduo que irá registar e o mesmo é o responsável da casa, endereço completo da residência, telefone de contato, o tipo de habitação, ou seja, se é apartamento ou casa, o número de pessoas que habitam o local, idioma falado dentro da habitação e tempo em que o refugiado pode permanecer.

O segundo passo refere-se à identificação de um requerente de asilo ou refugiado que esteja na região da residência e que necessite de alojamento, desta maneira, a *Refugees Welcome* irá colocar em contato este indivíduo com a pessoa que realizou o registo do quarto. Caso haja mútuo acordo, o requerente de asilo ou refugiado irá passar a residir na habitação.

O terceiro passo aborda justamente a forma de financiar o requerente de asilo ou refugiado. Caso não exista o suporte governamental, a Refugees Welcome (2018) informa que, de acordo com sua experiência, as melhores formas consistem em solicitar micro doações mensais através de amigos e familiares, sendo que a organização pode enviar *e-mail* para os amigos e conhecidos e que de maneira geral em 2 semanas é possível garantir o pagamento de um ano de arrendamento, já que também existe a possibilidade de fazer transferências bancárias mensais automáticas, sendo que outra maneira viável seria a criação de um *crowdfunding* para arrecadar o montante necessário.

Assim, quando ocorre a mudança do requerente de asilo ou refugiado para a habitação, a organização preza pela integração do refugiado, por isso informa que sempre ficará disponível em caso de necessidade e lembra que podem existir organizações na região que possam auxiliar o refugiado em termos laborais ou educacionais.

Em relação ao período em que o indivíduo poderia ficar no alojamento, a Refugees Welcome (2018) informa que tem que ser num período mínimo de 6 meses e se caso existir financiamento do governo este período passa a ser de 12 meses, sendo que o indivíduo deve viver nas mesmas condições dos demais, ou seja, não é permitido que fique na sala ou durma no sofá, precisando, assim, de um quarto vago na habitação.

Esta inovação social é muito prática e totalmente voltada para este público, sendo válido observar que pode ser muito funcional para o indivíduo ou até mesmo para os casais de requerentes de asilo ou refugiados, entretanto, pensando em famílias, poderia se tornar um obstáculo caso o alojamento não possua espaço suficiente para acomodar uma família inteira. Em relação à rede internacional e à sua atuação em cada país é possível perceber que não existe uma solicitação pró-ativa da *Refugees Welcome* para iniciar as atividades em outros países. Desta forma, um indivíduo ou grupo de indivíduos em outro país necessita demonstrar interesse e entrar em contato com a sede na Alemanha que irá auxiliar no desenvolvimento e aplicação da *Refugees Welcome*.

Isso faz com que possa não existir a devida padronização das ações caso a *Refugees Welcome* da Alemanha não vistorie as atividades desenvolvidas e executadas nas demais localidades, o que pode perder o controle sobre as ações da organização em cada país que atue, ou seja, deve ser definido se a *Refugees Welcome* dos demais países devem ou não seguir o mesmo padrão que ocorre na *Refugees Welcome* da Alemanha ou se podem personalizar as necessidades para o seu país, como por exemplo, realizar mais eventos para integrar os refugiados ao invés de apenas servir como interligação entre arrendatários e inquilinos.

Assim, se deixarem as atividades serem personalizadas podem ter dificuldades no futuro para a sua gestão e interligação entre todas as unidades do mundo já que cada uma passará a executar ações distintas.

Por fim, outro ponto de melhoria, que já foi verificado neste estudo, é deixar mais explícito se seria apenas para refugiados ou se também seria para requerentes de asilo também. Uma vez que isto não iria causar dúvidas para os próprios requerentes de asilo que podem estar a procurar acomodação.

#### **4.3.2 Reino Unido: *Refugees at Home***

De acordo com a *Refugees at Home* (2018), a ideia central da organização é realizar a conexão de um quarto que esteja disponível na habitação de um indivíduo que resida no Reino Unido com um requerente de asilo ou refugiado que necessite de habitação temporária. A *Refugees at Home* iniciou as suas atividades em 2015, afirmando que já auxiliaram 830 pessoas a conseguirem um local para dormir (REFUGEES AT HOME, 2018).

Como focam em habitações temporárias, a hospedagem pode ser oferecida até mesmo por 1 ou 2 dias, sendo comum a organização realizar transferências de requerentes de asilo e refugiados entre hospedagens que estejam disponíveis (REFUGEES AT HOME, 2018).

O serviço tem o fator positivo de ser mais flexível e também adaptar melhor as necessidades da pessoa que está oferecendo a habitação, já que a mesma pode querer tirar férias e ainda não ter a devida confiança no requerente de asilo ou refugiado para deixar o mesmo sozinho no alojamento por um longo período, sendo que se caso já tiver férias agendadas poderá informar a data limite que pode rececionar o requerente de asilo ou refugiado e assim, este será enviado para outro alojamento após o fim do período preestabelecido.

Assim, a organização informa que as pessoas que irão ceder o quarto, serão as responsáveis pelo aluguer e a *Refugees at Home* não realiza suporte monetário sobre os custos que o refugiado ou requerente de asilo tiverem na habitação.

Pelo fato de existirem circunstâncias, ditas como emergenciais, é permitido que para estes casos seja fornecido um sofá para dormir ou até mesmo um colchão inflável. Ainda assim, a Refugees at Home (2018) informa que deve ser oferecido uma habitação limpa, segura e quem oferece a habitação deve residir no local.

Portanto, poderá existir maior integração do requerente de asilo ou refugiado na sociedade, já que um morador da região conseguirá ajudar nos questionamentos e necessidades do requerente de asilo ou refugiado.

Outra regra importante reside no fato de não ser permitido hospedar pessoas com menos de 18 anos ou pessoa que possua problemas de saúde mental. Se por ventura o requerente de asilo ou o refugiado possuir alguma condenação penal no passado, quem for hospedar será notificado sobre isso para saber se ainda assim optará por receber a pessoa na sua habitação (REFUGEES AT HOME, 2018).

Estas regras servem para dar maior garantia e segurança a quem irá hospedar, já que existe a preocupação da organização em minimizar os riscos e evitar problemas futuros.

Assim, a organização também elaborou um guia para os seus colaboradores e voluntários sobre radicalização. Neste guia a *Refugees at Home* (n.d.) quer que seja identificada qualquer tipo de radicalização e assim, prevenir que grupos terroristas se infiltrem nas casas das pessoas. Desta maneira, a organização define radicalização como sendo o ato de um indivíduo ou grupo de indivíduos praticarem de maneira extrema crenças políticas, sociais ou religiosas no qual estes atos acabem por ir contra ao país ou cidade anfitriã.

A *Refugees at Home* (n.d.) afirma que o risco de radicalização para os requerentes de asilo e refugiados é baixo e indica que os fatores que poderiam contribuir para isto seriam: a perda de um membro da família de forma inesperada, se existir problemas financeiros, se não tiver amigos e família próximos que poderiam servir como apoio, se possuir problemas emocionais ou de saúde mental.

Portanto, ao elaborar este guia a organização pretende que os seus colaboradores e voluntários possam detetar radicalização nas ações e palavras dos requerentes de asilo ou refugiado durante uma possível conversa.

Outro fator importante para esta inovação social é a forma de angariar dinheiro e fazer com que a organização continue a operar. Desta maneira, a empresa solicita doações, sendo que a *Refugees at Home* (2018) afirma que inicialmente não possuía nenhuma pessoa que trabalhasse a tempo integral, mas que atualmente existem duas pessoas nestas condições, o que faz com que necessitem de doações para a sua operação e para o pagamento de funcionários.

Assim, é possível doar uma quantia individual ou regular que tem o custo de 10 libras, 20 libras, 30 libras ou 100 libras.

A *Refugees at Home* (2018) afirma que com a quantia de 20 libras é possível fornecer provisões básicas, entretanto, não há definição sobre o que incluiriam nestas provisões, já a doação de 30 libras auxiliaria na viagem do requerente de asilo ou refugiado para uma entrevista do mesmo com a equipa da *Refugees at Home*, sendo que esta entrevista pode existir para que sejam reconhecidas as necessidades do indivíduo.

Por fim, a *Refugees at Home* (2018) relata que com 100 libras a organização ajuda no contato entre quem precisa de um quarto com quem possui um quarto disponível. Não há informações sobre o que poderia ser realizado com a doação de apenas 10 libras.

Como a plataforma para estas doações cobra uma taxa de 5% do total, é possível que o doador selecione a opção para cobrir estes custos fora do total da doação também.

Em relação à forma de tratamento da organização com as pessoas que disponibilizam um quarto, a organização aparenta demonstrar total atenção, sendo que foi desenvolvido um procedimento para reclamações que incluía atos realizados por parte da equipa *Refugees at Home*, como por exemplo, falta de educação e racismo.

Já em relação aos procedimentos, a pessoa que deseja registar um ou mais quartos disponíveis na sua habitação deve preencher um formulário através do *website* e posteriormente será contactado pela organização e, se caso for necessário, poderão se deslocar

até à morada para garantir se as condições do local condizem com as regras para que se fornece um quarto.

Os refugiados ou requerentes de asilo, na sua maior parte, são indicações da *Refugee Council*<sup>7</sup>, que é uma organização com base no Reino Unido que auxilia requerentes de asilo e refugiados, ou da *Haringey Migrant Support Centre*<sup>8</sup>, que é uma organização que à priori auxilia migrantes a terem acesso ao aconselhamento jurídico, sendo que afirma que recebem requerentes de asilo cuja solicitação foi recusada, como existe a possibilidade de recorrer da decisão, ainda precisariam de uma habitação enquanto aguardam análise sobre a recusa.

Assim, a *Refugees at Home* afirma que se for de interesse, possibilita o encontro entre o requerente de asilo ou refugiado e a pessoa que está com o quarto disponível, assim, podem se conhecer antes de existir a tomada de decisão sobre a mudança ou não, ou seja, deve haver mútuo acordo. Portanto, o dinheiro coletado através de doações também serve para este fim. No *website* da Refugees at Home (2018) existem 4 opções: tornar-se um anfitrião oferecendo um quarto, indicar um hóspede, realizar funções de visitas nas moradas, voluntariar-se para ajudar.

A primeira das quatro opções refere-se ao fato de um anfitrião dever realizar o preenchimento de um formulário *online* a indicar o nome, telefone, *e-mail*, endereço completo da habitação, o tipo de habitação e quarto disponível, se atualmente trabalha, se existem pessoas com menos de 18 anos a residir no local, se existem restrições para residir na morada, se há transporte público próximo, se já realizou algum voluntariado anteriormente ou se já tem experiência em ser anfitrião, as línguas que fala, se há animais domésticos, e se poderia ser anfitrião por um curto período, um mês ou um longo período. Sendo que também existe a necessidade de haver 2 indicações, com nome, *e-mail*, telefone, emprego e há quanto tempo estas pessoas conhecem o anfitrião.

Na segunda opção, que seria a indicação de um hóspede, a Refugees at Home (2018) relata que pode ser indicado um refugiado ou requerente de asilo que necessite de habitação ou até mesmo se auto indicar, ou seja, se registar na plataforma. Neste caso, seria necessário indicar o nome, endereço, *e-mail*, telefone e os dados do refugiado e requerente de asilo e além disto, deve incluir data de nascimento, o endereço atual, por quanto tempo necessitaria, data em

---

<sup>7</sup> Para mais informações ver <https://www.refugeecouncil.org.uk/>

<sup>8</sup> Para mais informações ver <https://haringeymsc.org/>

que chegou no Reino Unido, a atual situação quanto ao estatuto de refugiado, preferência de localidade, se fuma, se tem alergia a animais e seus principais interesses.

A terceira opção é se tornar parte da equipa para realizar visitas nas moradas registadas na plataforma, a fim de garantir que as mesmas possuem condições de receber o requerente de asilo ou refugiado. Assim, de acordo com a Refugees at Home (2018) é preferível que o indivíduo tenha experiência como assistente social, ramo da saúde, como por exemplo, enfermeira social ou em saúde mental. Desta maneira, o indivíduo deverá apenas preencher um formulário *online* com informações pessoais e será contactado pela organização.

Já a última opção seria o voluntariado, em que, de acordo com a Refugees at Home (2018), seria responsável por ações como: responder solicitações através da mídia, auxiliar na gestão das redes sociais, realizar o suporte técnico, participar em ações de captação de recursos e ajudar no desenvolvimento de uma rede de conexões locais para aumentar a consciência desta ajuda e disponibilidade de quartos cedidos. Assim, o indivíduo que for voluntariar precisará informar a sua disponibilidade de dias e horários para que seja averiguada a melhor função.

Desta maneira, a *Refugees at Home* se apresenta como uma inovação social importante para os requerentes de asilo e os refugiados já que ajuda na integração com a sociedade e promove o devido auxílio para a necessidade da habitação que pode não estar sendo suprida por outros atores, como por exemplo, o Estado.

#### **4.4 Inovação social no setor laboral**

BEPA (2010), afirma que o aumento da taxa de desemprego, em muitas circunstâncias, está relacionado com o crescimento do percentual de criminalidade e em exclusões sociais, o que gera impacto até nas próximas gerações destes indivíduos, já que podem ter as oportunidades reduzidas na sociedade.

BEPA (2010), relata ainda, que pessoas qualificadas melhoram a qualidade e quantidade da força de trabalho, sem contar que a ocorrência de oportunidade neste setor se dá pelo envelhecimento da população na Europa, ou seja, serão necessárias pessoas jovens para trabalhar.

Assim, a ideia central é encontrar inovações sociais que visem prover a devida integração do refugiado ou requerente de asilo no mercado laboral do país em que estão situados uma vez que estes indivíduos podem não possuir *networking* nestes locais.

#### 4.4.1 Alemanha: *Workeer*

A *Workeer* foi fundada na Alemanha em julho de 2015 e é uma plataforma que visa realizar a integração do refugiado com o mercado laboral em todas as regiões do país. Entretanto, não existe menção da plataforma realizar auxílio para requerentes de asilo.

De acordo com a *Workeer* (2018), a sua criação ocorreu por que existem dificuldades para os refugiados entrarem no mercado de trabalho, por exemplo, derivado ao fato de não haver uma rede de contatos profissionais por parte do refugiado na Alemanha. Assim, a *Workeer* visa conectar os refugiados e os empregadores.

A *Workeer* (2018) cita que ainda não pensa em expandir para outros países, mas espera que outros países possam ter a mesma iniciativa e desenvolver o mesmo modelo de negócio da *Workeer* e ajudar mais refugiados.

De acordo com a *Workeer* (2018), existe uma parceria com a *Kiron Open Higher Education* desde 2016, sendo que são financiados pela *Berlin Startup Scholarship*<sup>9</sup>, entretanto, não existe indício sobre valores financiados. Outra parceria existente é com a *Jobbörse*<sup>10</sup> da qual existe uma área de vagas para refugiados e todas as vagas que são publicadas na *Workeer* também são publicadas na *Jobbörse*.

Ao criar o seu perfil na plataforma, o candidato pode deixar o mesmo como público ou privado. Se for público, qualquer pessoa que acesse o *website* terá acesso às informações como a fotografia do refugiado, nome, localização, idade e idiomas falados.

A *Workeer* (2018) afirma que existem registrados no seu *website* mais de 4690 perfis de candidatos, 2728 empregadores, sendo que também existem 62 iniciativas disponíveis para apoio e desenvolvimento profissional do refugiado, através de *mentoring* e treinamentos, por exemplo.

Dos 2728 empregadores, destacam-se: *Capgemini*, *Arcotel Hotels*, *BCG*, *SAP* e *SKY*, o que demonstra que existem empresas de diferentes setores registrados no *Workeer*. Tendo em consideração as iniciativas, podem ocorrer através de instituições ou até mesmo de voluntários que visam auxiliar os refugiados no mercado laboral, sendo possível abrir um perfil como iniciativa e criar uma página sobre a mesma, podendo fornecer maiores detalhes,

---

<sup>9</sup> Para mais informações ver <http://www.startup-incubator.berlin/stipendium/>

<sup>10</sup> Para mais informações ver <https://jobbörse.arbeitsagentur.de>

assim, o refugiado pode contatar ou até mesmo a própria iniciativa ter acesso à base de dados dos refugiados e contatar os mesmos.

Em relação à forma de captação monetária, o modelo de negócio da empresa se baseia na cobrança de assinaturas mensais para as empresas, assim, quem pagar essa assinatura irá possuir acesso à base de dados, com a oportunidade de contatar os potenciais empregados, e também poderão publicar anúncios de emprego.

Desta maneira, a Workeer (2018) disponibiliza, gratuitamente, ao empregador a criação de um perfil em sistema e com isto, ter o seu perfil público para que os refugiados possam entrar em contato e enviar currículo de maneira espontânea. Se por ventura a empresa quiser ter o seu perfil público e ter acesso à base de dados de todos os refugiados que se registaram no *website*, deve pagar 300 euros por mês para ter anúncios de empregos ilimitados, podendo ser dirigidos a estágio, emprego temporário, formação ou emprego permanente. Existe, ainda, a assinatura mensal de 150 euros que daria a possibilidade de publicar até 3 anúncios por mês. As empresas podem entrar na plataforma e pesquisar pela área que está em aberto, assim, aparecerão os candidatos que estão à procura e que possuem o perfil para a vaga sendo que o refugiado também pode procurar vagas disponíveis através da plataforma.

O aspeto negativo é o fato de possuir apenas o idioma alemão disponível, o que pode ser inconveniente para o refugiado que procura emprego, mas ainda não possui nível de alemão suficiente para compreender o *website*.

De acordo com a Workeer (2018), as empresas podem realizar solicitações pontuais, das quais se for para fornecer experiência laboral, do qual o refugiado não terá salário e sim experiência no setor, a empresa poderá anunciar gratuitamente este tipo de vaga, sendo que não existe indício sobre qual é o prazo de que esta experiência pode durar, entretanto, existe o custo de 100 euros caso for fornecido empregos temporários, permanentes ou vagas de formação profissional que após esta formação o indivíduo irá possuir o devido emprego.

A Workeer (2018) afirma que, para as empresas, a utilização da plataforma é um aspeto positivo uma vez que fornecerão oportunidades aos refugiados e mostram a preocupação com a integração dos indivíduos, além de promover diversidade dentro da organização e combater a escassez de mão de obra qualificada.

A Workeer (2018) lista cinco aspetos para se contratar refugiados: o primeiro é o fato de serem altamente motivados e dedicados, o segundo refere-se à integração que é potencializada para este grupo de indivíduos dentro da Alemanha, o terceiro fato é porque os refugiados, geralmente, possuem histórias de vida que podem enriquecer as empresas com



os seus conhecimentos e habilidades, o quarto aspeto deve-se ao fato de que os refugiados não irão mais depender de benefícios sociais, o que auxilia o sistema social alemão, e por fim podem possuir formação na indústria em que a Alemanha precise de mais trabalhadores qualificados.

Nos termos de utilização a empresa informa que caso ocorra algo com o refugiado, o mesmo pode entrar na plataforma desenvolvida pela Comissão Europeia para resoluções de litígio referente aos direitos do consumidor (WORKEER, 2018). O que demonstra que a inovação social não quer realizar qualquer tipo de interferência na relação entre as partes para regularizar algum inconveniente durante o período de trabalho.

Na plataforma da *Workeer*, existe um assistente *online* caso o candidato possua alguma dúvida, sendo que um dos membros da equipa é exclusivo no relacionamento com os refugiados. No assistente *online*, o refugiado pode informar a língua que fala para que o assistente já se prepare caso exista necessidade (WORKEER, 2018).

Desta maneira, a *Workeer* é considerada uma inovação social uma vez que satisfaz uma necessidade não provida pelo mercado ao criar uma rede de contatos entre os refugiados e os empregadores, ou seja, foi realizada uma inovação incremental aos *websites* de empregos já existentes para fornecer foco para os refugiados.

#### **4.4.2 Reino Unido: *Breaking Barriers***

No fim de 2014 foi desenvolvido, no Reino Unido, o *Breaking Barriers* com o foco em auxiliar refugiados que residam em Londres. Esta ação é voltada para o setor laboral e assim como a inovação social da Alemanha, visa criar novas relações entre os refugiados e os empregadores. É importante ressaltar que esta inovação também não tem por foco os requerentes de asilo e isto pode ser explicado uma vez que este grupo não teria a permissão de trabalho no Reino Unido.

De acordo com a *Breaking Barriers* (2018), a organização já auxiliou mais de 400 refugiados e promove o ensino de inglês, sendo este gratuito e voltado ao serviço ao cliente, no qual, em 3 dias de curso intensivo, visa auxiliar o refugiado a conseguir emprego em lojas, no setor de hotelaria ou no suporte pós-venda.

Outra forma de realizar este auxílio, de acordo com a *Breaking Barriers* (2018), são palestras de introdução ao mercado laboral do Reino Unido, formação na área de tecnologia da

informação, desenvolvimentos de habilidades de escrita e apresentações, além de fornecerem suporte para melhor performance em entrevistas.

A *Breaking Barriers* (2018) afirma que o objetivo é conseguir unir as habilidades, que o refugiado já possuía no seu país de origem, com empregos em Londres, que exijam esta mesma habilidade e assim, promover a integração dos refugiados no mercado laboral.

Assim, a organização tenta encontrar os pontos fortes e os potenciais de cada indivíduo para fornecer o suporte adequado, sendo que existe uma equipa interna do projeto, mas necessitam de auxílio de voluntários para que o objetivo seja atingido.

O procedimento para a indicação e o encontro da vaga ocorrem em 3 etapas. Para a *Breaking Barriers* (2018), a primeira etapa é o encontro com um membro da equipa da organização, que irá identificar os potenciais e quais vagas que se poderão enquadrar no perfil do candidato e então, já poderia existir a candidatura para determinada vaga.

A segunda etapa seria uma entrevista para esta vaga, sendo que caso conseguir a vaga, a equipa do *Breaking Barriers* poderá fornecer o suporte necessário para este início.

Por fim, a última etapa seria o acompanhamento do refugiado já atuando na vaga em que foi selecionado, ou seja, a equipa ficará disponível para qualquer dúvida ou necessidade que o refugiado precise.

A *Breaking Barriers* (2018), afirma que conta com o auxílio de companhias parceiras, das quais se destacam: *IKEA, Mayer Brown, Bank of America, Unilever, Thomson Reuters* e *Wells Fargo*. Ou seja, as companhias são de setores distintos o que visa promover opções variadas de carreiras aos refugiados.

Os canais que podem ser utilizados para entrar em contato e reservar um horário com a equipa são o telefone e o *website* da *Breaking Barriers*, no qual deverá preencher um formulário, mas não existe a especificação de quantos dias após o envio do formulário que será contactado.

Assim, só podem ajudar os refugiados que possuam disponibilidade de acesso para o escritório da organização em Londres e, portanto, que já tenham obtido o devido estatuto de refugiado do qual permita que o indivíduo trabalhe no Reino Unido.

A *Breaking Barriers* (2018) relata que já existem dois escritórios e o seu centro de operações para realizar este auxílio, sendo todos localizados em Londres, mas que contam com doações para manter os seus serviços ativos.

Assim, a *Breaking Barriers* (2018) acredita que todos devem possuir as mesmas oportunidades, independentemente de onde vieram, assim, oferecem serviços holísticos para

capacitar os refugiados a encontrarem trabalhos relevantes que sejam compatíveis com suas habilidades, experiência e qualificações.

Com isto, a inovação da *Breaking Barriers* cria novas relações no mercado já que visa associar refugiados às vagas existentes onde a organização acaba por ser mais presente na busca do emprego. Isto ocorre porque a empresa identifica os potenciais de cada candidato, personalizando o atendimento e compreendendo qual vaga em aberto é a ideal ao candidato. Entretanto, em seu *website* não é possível visualizar as vagas que estão em aberto ou conseguir contato das empresas que são parceiras da organização. Assim, para todas as vagas a organização participa de maneira mais ativa na contratação dos indivíduos.

#### **4.5 Aspectos replicáveis das inovações sociais**

Assim, após o estudo de cada inovação social será realizada uma análise sobre os aspectos positivos que seriam de interesse para serem replicados.

De acordo com Mulgan *et al.* (2007), para existir replicações das inovações sociais, foi desenvolvido o conceito da “abelha” e da “árvore”, ou seja, as inovações sociais necessitam de uma “abelha” que seriam pequenas organizações, indivíduos ou até mesmo grupos que além de serem móveis e possuírem novas ideias, deve existir a possibilidade de ser replicada ou polinizada, já as “árvores” são vistas como grandes organizações, governo, ONGs e até mesmo empresas que podem possuir maior *know-how* na implementação de projetos.

Desta maneira, temos que para que uma inovação social seja propagada é necessário que existam alianças entre instituições, governos e ONGs, já que poderão ser implementadas em outras regiões ou países.

Outro aspecto replicável é o fato das inovações sociais estudadas possuírem um *website*, que sejam de fácil utilização, no qual existe a devida interação entre o requerente de asilo ou refugiado com a aplicação. Isto implica o fato de haver maior facilidade para que indivíduos que estejam em diferentes regiões do país possam usufruir da inovação social ou ao menos realizar pesquisas sobre a mesma.

Com isto, a replicação para outros países pode ser eficiente, mas deve ser de interesse da organização realizar esta expansão para outras regiões dentro e fora da fronteira do país de origem.

Outro fator que se apresentou comum às inovações sociais foi a existência de *crowdfunding* para que exista o financiamento das operações. Assim, no início onde não teriam o devido auxílio de grandes organizações ou do governo, devem recorrer a este tipo de operação.

#### **4.5.1 Aspectos Replicáveis no Setor Educacional**

Conforme o objetivo deste estudo, temos que as inovações sociais no setor educacional visam suprir a lacuna do ensino superior, já que existiriam barreiras para os requerentes de asilo e para os refugiados, principalmente, pelas permissões para estudar e pelo custo financeiro, que em muitos casos, estes indivíduos não possuem condições para pagar.

Com isto, as inovações sociais *Kiron* e *Article 26*, da Alemanha e do Reino Unido, respetivamente, conseguem, em maior ou em menor grau, fornecer o acesso ao ensino superior.

O primeiro fator a ser destacado está no fornecimento de ensino de forma gratuita, como por exemplo, através da bolsa de estudo. Desta maneira, isto é mais vantajoso ao indivíduo pois, se existisse apenas desconto no valor da anuidade, o indivíduo, sem ter emprego ou rendimentos, poderia ter que abandonar o curso após ter iniciado. Portanto, realizam a integração e acabam por impactar na adaptação do requerente de asilo e do refugiado na sociedade.

Em relação à redução na burocracia, temos que a inovação social *Kiron* não requisita a documentação que usualmente as universidades solicitam, como diploma de ensino secundário, por exemplo. Assim, o indivíduo pode iniciar seus estudos sem a necessidade de comprovar que já realizou o ensino secundário. Entretanto, o *Article 26* indica que as instituições educacionais devem levar isto em consideração para que não seja um aspeto obrigatório, mas como neste caso fica ao critério das próprias instituições de ensino, não existe a devida garantia.

No que diz respeito ao acesso, temos que a *Kiron* tenta atender, sem restrição, a todos que procuram e desejam estudar através da instituição. Entretanto, para ambas inovações temos que dependem de negociações e concessão das universidades. Como o primeiro módulo da *Kiron* é *online*, isto fornece maior flexibilidade e possibilidade de ampliar o número de estudantes nesta etapa inicial.

Com isto, pela *Kiron*, o fato de ser realizado o ensino em dois módulos, o primeiro *online* e o segundo presencial, se torna atrativo, já que fornecem espaço físico com acesso ao ensino

*online* para quem não dispõe de equipamentos eletrônicos e garantem que após o módulo presencial, também existirá o diploma da universidade parceira.

Outro aspeto positivo da *Kiron*, está no fato de não dirigirem a inovação social apenas para o setor educacional, já que possuem a consciência de que para haver integração o indivíduo precisará superar traumas, assim o fornecimento de suporte psicológico é relevante para que o sucesso do indivíduo seja concretizado. Isto é essencial e também deve ser aplicado caso exista replicação, já que não pode ser analisado apenas o setor educacional e sim tentar ampliar para outras questões que podem vir a existir.

Relativamente ao *Article 26* temos que o modelo por ser diferente da *Kiron*, também fornece aspetos replicáveis como por exemplo, não se tornar uma plataforma de ensino e sim uma plataforma que ajuda na promoção e enquadramento de bolsas de estudos para requerentes de asilo, entretanto, adaptaram à realidade do Reino Unido para que não sejam fornecidas bolsas de estudo para refugiados que podem solicitar empréstimo estudantil como um cidadão nacional. O fator negativo de tentar indicar estas restrições às instituições é que os estudantes podem ficar endividados caso não consigam se estabelecer no país e por isso, se caso conseguir o estatuto de refugiado, deveriam continuar a receber a bolsa da maneira como estavam a receber enquanto eram requerentes de asilo.

#### **4.5.2 Aspetos Replicáveis no Setor Habitacional**

Em relação às inovações sociais *Refugees Welcome* e *Refugees at Home*, da Alemanha e do Reino Unido, respetivamente, temos que existe o mesmo foco, que seria no auxílio para requerentes de asilo e refugiados a encontrarem um quarto já que o subsídio que recebem pode não ser suficiente para terem um local próprio ou podem não ter contatos para saber onde existiria um quarto disponível.

Já em relação aos procedimentos, temos que é realizado inteiramente *online* e que ocorre através de preenchimento de formulários, os quais contêm informações sobre dados pessoais, por exemplo. Esta prática é um aspeto positivo já que deve existir controlo de quem irá residir na habitação e também de quais são as condições do próprio alojamento. Assim, realizar uma visita inicial para saber se realmente a habitação teria as devidas condições, como ocorre na *Refugees at Home* é muito importante, já que forneceria maior garantia e segurança aos requerentes de asilo e aos refugiados.

Um outro aspeto positivo é que a *Refugees Welcome* já está presente em mais de 20 países, o que demonstra a real possibilidade de haver a replicação para outras localidades, entretanto, a *Refugees Welcome* não é ativa para expandir as suas operações, ou seja, um indivíduo, grupo de indivíduos ou organização que devem mostrar interesse em realizarem o projeto em outro país e indicarem este interesse para a *Refugees Welcome*. Isto pode fazer com que não exista o devido controlo sobre as ações que os outros países estão a realizar, ou seja, deve ser garantido que ao usar o nome e a marca da *Refugees Welcome* exista a padronização das ações. É válido ressaltar que através do *website* existe a possibilidade para ambos os públicos poderem se registar e procurar uma habitação, ou seja, as inovações não ficam limitadas a apenas um grupo.

Em relação à forma de captar dinheiro para manter as atividades, realizam solicitações de doações, seja através de doações regulares ou espontâneas.

Já quando se trata do período em que o requerente de asilo ou refugiado possa ficar no local, a *Refugees at Home* apresenta-se como mais flexível, já que poderiam ficar por poucos dias, já pela *Refugees Welcome* deve ficar pelo menos 6 meses. Por fim, o fato de haver preocupação com o indivíduo que irá residir na habitação das pessoas, o guião desenvolvido pela *Refugees at Home* se torna atrativo no fornecimento de maior segurança, o que pode fazer com que mais pessoas se cadastrem no *website* para fornecer um quarto.

#### **4.5.3 Aspetos Replicáveis no Setor Laboral**

No presente estudo vimos inovações sociais na Alemanha, como a *Worker*, e no Reino Unido, como a *Breaking Barriers*. O objetivo de ambas as inovações é igual, ou seja, prover a integração do refugiado com o mercado laboral, entretanto, possuem modelos distintos.

Por um lado, o modelo da *Breaking Barriers* tem o aspeto positivo de ser mais personalizado e faz com que a inovação social seja mais próxima do refugiado. Com isto, existe melhor e maior aproximação da vaga com as competências do refugiado.

Entretanto, isto faz com que a atuação fique restrita apenas à região em que a inovação social possui escritório, já que a *Breaking Barriers* afirma que é necessário o deslocamento até ao escritório em Londres para melhor enquadramento da vaga.

Em relação ao aspeto de melhoria para esta inovação, seria encontro inicial por vídeo chamada. Isto faria com que houvesse a possibilidade de ampliar a região de atuação.

Em contraste, a inovação social *Worker*, promove flexibilidade nas regiões da Alemanha e até mesmo dispõe de um assistente *online* caso o candidato possua alguma dúvida. O que é um aspeto que deve ser replicável uma vez que o alcance seria maior.

Para tanto, através da *Worker*, tanto o candidato quanto a empresa possuem maior interação entre si, já que podem identificar, analisar e entrar em contato pois, existiria a possibilidade do refugiado e da empresa deixarem os seus contatos na plataforma.

Outro modelo distinto está na forma de captação monetária, em que a *Worker* também consegue captar dinheiro através de assinaturas mensais das próprias empresas. Como as empresas podem criar barreiras quanto a este tipo de investimento, o modelo da *Breaking Barriers* parece ser mais atrativo para as empresas, já que existiriam apenas parcerias e não a cobrança. Assim, a *Breaking Barriers* solicita doações mensais ou pontuais de indivíduos ou organizações.

Em relação ao auxílio das instituições, temos que a *Breaking Barriers* parece estar mais preocupada em fornecer curso de língua para o refugiado, assim, caso o mesmo não tenha fluência em inglês, terá um curso intensivo para atuar em áreas dirigidas ao serviço ao cliente. Em relação aos *websites* ambos são de fácil utilização, entretanto, o *Workers* apresenta apenas a opção para visualização em alemão e isto pode se tornar uma barreira caso o indivíduo não fale alemão.

O fato de poderem agendar o primeiro encontro por telefone auxilia também aqueles que não possuem o devido acesso à internet.

Assim, como na Alemanha o requerente de asilo já pode começar a trabalhar, em alguns casos já a partir de 3 meses, conforme visto anteriormente sobre o sistema de aplicação de asilo, é fundamental que desde o início o refugiado já tenha a possibilidade de se candidatar para vagas de emprego, entretanto, no Reino Unido apenas o indivíduo que já possua o estatuto de refugiado pode trabalhar.

## **Capítulo V. Conclusão e Desenvolvimentos Futuros**

Esta dissertação teve como objetivo a identificação de inovações sociais presentes no Reino Unido e na Alemanha com o foco nos setores habitacional, laboral e educacional. Com isto, através de estudos de casos múltiplos foi possível compreender de maneira mais aprofundada o funcionamento das inovações sociais e suas devidas funções.

Para que esta análise fosse executada e houvesse melhor compreensão do tema, no capítulo 1, foi demonstrada a importância e relevância do trabalho já que pode vir a fornecer a base de aspetos replicáveis para que outros países ou outras localidades possam desenvolver inovações sociais semelhantes as que foram apresentadas.

Já no capítulo 2, foi possível compreender as definições deste universo que engloba os requerentes de asilo e os refugiados em que houve a demonstração, através da análise de dados, sobre o número total de requerentes de asilo e de refugiados tanto ao redor do mundo quanto na União Europeia, do qual, serviu também para a delimitação da pesquisa em que foram estudadas apenas as inovações sociais existentes a partir de 2010 na Alemanha e no Reino Unido já que estão entre os principais países na receção deste público e também pelo fato de possuírem elevado índice no ranking de inovações sociais.

O capítulo 3 serviu para que existisse a devida percepção de cada país de estudo sobre o funcionamento do reagrupamento familiar e sobre o sistema para aplicação de asilo, com isto, foi observado as limitações e as distinções, como por exemplo, sobre a permissão de trabalho.

Assim, após o entendimento do processo de requerimento de asilo, no capítulo 4 foi introduzido o conceito de inovação social e também foi realizada a devida análise sobre cada inovação social nos setores estudados.

Desta maneira, após os estudos de casos, foi realizado um estudo de caráter comparativo entre as inovações sociais em cada país apresentando os pontos fortes e também destacando pontos de melhorias, para que estes aspetos sejam replicados em inovações sociais em outras localidades.

Portanto, como foi demonstrado, existem aperfeiçoamentos que podem ser implementados nas inovações sociais para que os requerentes de asilo e os refugiados sejam integrados da melhor maneira possível na sociedade. Um destes aperfeiçoamentos se deve à inovação social do setor habitacional, que por vezes, pode não conseguir fornecer auxílio para uma família



intereira, fazendo com que os indivíduos que obtenham o reagrupamento familiar não tenham o devido suporte.

Em todas as inovações sociais é possível perceber o aspeto positivo sobre a sua existência, já que haverá retorno para a sociedade, como por exemplo através do fornecimento do ensino e implementação do conhecimento no mercado laboral, e também haverá retorno para o Estado uma vez que ao conseguir um alojamento ou emprego os indivíduos não irão depender do Estado para conseguir realizar suas tarefas e ainda, irão contribuir com impostos pagos.

Em relação aos desenvolvimentos futuros, temos que pelo fato das inovações sociais serem recentes ainda não existem muitos resultados concretos dos quais seria de interesse realizar o seu devido acompanhamento para que os resultados fossem devidamente analisados e se estão conseguindo realizar o auxílio para mais requerentes de asilo e para mais refugiados.

Contudo, após as análises sobre as inovações sociais, deve ser destacado que a inovação social irá suprir alguma lacuna de acordo com as regras estabelecidas no país sobre o acesso ao setor laboral, habitacional e educacional para o requerente de asilo e para o refugiado, assim, a necessidade de uma inovação social será maior caso não exista uma política que forneça o devido auxílio para o requerente de asilo e para o refugiado.

Portanto, as inovações sociais pesquisadas visam contribuir para a integração do requerente de asilo e do refugiado na sociedade, possibilitando melhores oportunidades de conseguir iniciar uma vida em outro país.

Desta maneira, foi possível demonstrar que as inovações sociais que surgiram a partir de 2010 podem auxiliar na integração dos requerentes de asilo e dos refugiados já que irão fornecer o devido suporte e assim, caso exista interesse, as inovações sociais podem ser replicadas para outros países, podendo ocorrer ajustes conforme as regulamentações locais, como por exemplo, se o requerente de asilo pode ou não trabalhar.

Relativamente a Portugal, no prosseguimento da pesquisa, poderia ser pertinente fazer o levantamento de bons exemplos para integrar os refugiados e requerentes de asilo no período recente, pois procurou-se neste estudo algumas experiências de inovação já mais consolidadas em países onde esta população é mais numerosa.

Por fim, é válido ressaltar que os requerentes de asilo e os refugiados acabam por ter que sair do seu país sem os seus bens materiais, mas não deixam as suas capacidades e os seus conhecimentos para trás e isto pode ser utilizado para a contribuição do desenvolvimento no país anfitrião.

## Referências

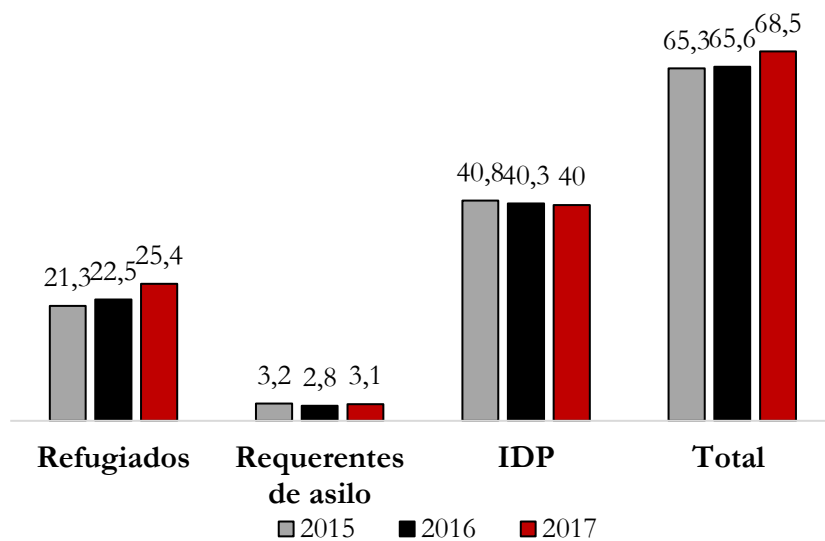
- AIDA. (2016a). Country report: Germany. Asylum information database. European Council on Refugees and Exiles.
- AIDA. (2016b). Country report: UK. Asylum information database. European Council on Refugees and Exiles.
- Article 26. (2018). Article 26: Helena Kennedy Foundation. Consultado em 10 de julho de 2018. Disponível em <http://article26.hkf.org.uk/>.
- Article 26. (2014). Education for all - access to higher education for people who have sought asylum: a guide for universities. Consultado em 10 de julho de 2018. Disponível em [http://article26.hkf.org.uk/\\_/uploads/Article26-SSG-FINAL.pdf](http://article26.hkf.org.uk/_/uploads/Article26-SSG-FINAL.pdf).
- Article 26. (2012). Article 26: Evaluation report. July 2012.
- BAMF. (2016). The stages of the German asylum procedure: An overview of the individual procedural steps and the legal basis. Federal Office for Migration and Refugees.
- BEPA. (2010). Empowering people, driving change. Social innovation in the European Union, European Commission - Bureau of European Policy Advisers (BEPA), May 2010, Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Breaking Barriers. (2018). Integrating refugees through employment. Consultado em 15 abril de 2018. Disponível em <http://breaking-barriers.co.uk/>.
- Deutsche Welle. (2018). Germany's Bundestag votes to expand refugee family reunifications. Consultado em 01 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/germanys-bundestag-votes-to-expand-refugee-family-reunifications/a-42394927>.
- Dryden-Peterson, S. (2011). The politics of higher education for refugees in a global movement for primary education. *Canada's Journal on Refugees* v. 27, n 2, pp. 10-18.
- ECRE. (2015). European Council on Refugees and Exiles: ECRE Comments on regulation (EU) No 604/2013 of the European Parliament and of the Council of 26 June 2013 establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person (recast).
- European Commission. (2014). A common european asylum system. Home Affairs. Luxemburgo.

- Eurostat. (2018). Asylum statistics. Eurostat statistics explained. Consultado em 10 de agosto de 2018. Disponível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Asylum\\_statistics#Age\\_and\\_gender\\_of\\_first-time\\_applicants](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Asylum_statistics#Age_and_gender_of_first-time_applicants).
- Freitas, W.; Jabbour, C. (2011). Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, pp. 07-22.
- Garcés-Mascareñas, B. (2015). Why Dublin “doesn’t work”. *Notes internacionales CIDOB*, 135, novembro 2015.
- Gil, A. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 6º ed. (2008).
- Global Protection Cluster. (2010). Handbook for the protection of internally displaced persons. Geneva.
- Godoy, A. (1995). Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, pp. 57-63.
- Grote, J. (2017). Family Reunification of third-country nationals in Germany. *Focussed study by the German National Contact Point for the European Migration Network (EMN)*. Working Paper 73 of the Research Centre of the Federal Office for Migration and Refugees, 2nd revised edition, Nuremberg: Federal Office for Migration and Refugees.
- Hatton, T. (2013). Refugee and Asylum Migration. In: Constant, A.F. and Zimmermann, K.F. *International Handbook on the Economics of Migration*, Books, Ed. Edward Elgar Publishing, Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Cap. 24, pp. 453-469.
- Hill, K.; Ludlow, J. (2015). Innovation foundation: Investing in innovative social ventures - A practice guide. Nesta Impact Investments. London, UK.
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. (2001). Guidelines on family reunification for National Red Cross and Red Crescent Societies.
- Kiron. (2017). Kiron Open Higher Education. Consultado em 12 de outubro de 2017. Disponível em <https://kiron.ngo/>.
- Lévesque, B. (2005). Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: Approches théoriques et politiques Publiques. Québec: Les Cahiers du Crises.
- Malhotra, N. (2006). Pesquisa de marketing: Uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman.

- Moulaert, F.; Martinelli, F.; Swyngedouw, E.; González, S. Towards. (2005). Alternative model(s) of local innovation. London, UK. *Urban Studies*, Vol. 42, No. 11, pp. 1969–1990.
- Mulgan, G.; Tucker, S.; Ali, R.; Sanders, B. (2007). Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated. *Skoll Centre for Social Entrepreneurship*.
- OECD. (2011). Fortering innovation to address social challenges. *Workshop Proceedings*.
- OJEU. (2013). Regulation (EU) no 604/2013 of the european parliament and of the council of 26 June 2013. *Official Journal of the European Union L 180/31*.
- Phills, Jr.; Deiglmeier, K.; Miller, D. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Vol. 6, no. Issue 4, 34-43.
- Piçarra, N. (2016). A União Europeia e a Crise Migratória e de refugiados sem precedentes: Crónica breve de uma ruptura do Sistema Europeu Comum De Asilo. *e-Pública*, Vol. 3, No. 2, 01-40.
- Ramos, M. (2013). Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. *The overarching issues of the european space*. Ed. Faculdade Letras Universidade do Porto, pp. 313-342.
- Refugees at Home. (2018). Refugees at Home home page. Consultado em 14 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.refugeesathome.org/>.
- Refugees at Home. (n.d.). Internal report on radicalisation prevention strategies of the UK government.
- Refugees Welcome. (2018). Refugees Welcome front page. Consultado em 15 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.refugees-welcome.net/#details>.
- The Economist. (2016). Old problems, new solutions: Measuring the capacity for social innovation across the world. *Social Innovation Index 2016*. An Economist Intelligence Unit Study.
- The Guardian. (2016). Long-term imigrants call on universities to help them with acess. Consultado em 25 de junho de 2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/education/2016/oct/13/long-standing-migrants-call-on-universities-to-help-them-with-access>.
- The Young Foundation. (2012). Social innovation overview: A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission - 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research.

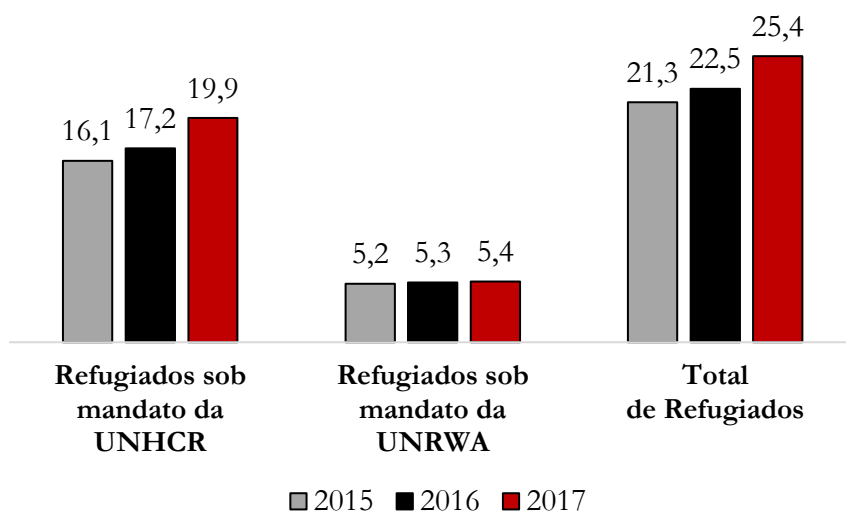
- UK Visas and Immigration. (2016). Information about your asylum application.
- UN. (2015). Universal declaration of human rights. USA.
- UNHCR. (2001a). Family reunification in the context of resettlement and integration: Protecting the family - Challenges in implementing policy in the resettlement context.
- UNHCR. (2001b). Refugee protection: A guide to international refugee law.
- UNHCR. (2010). Convention and protocol relating to the status of refugees. Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, Geneva.
- UNHCR. (2011a). Refugee education: A global review.
- UNHCR. (2011b). Resettlement handbook.
- UNHCR. (2011c). The 1951 convention relating to the status of refugees and its 1967 protocol.
- UNHCR. (2012). 2012 - 2016. Education strategy.
- UNHCR. (2016). Global trends: Forced displacement in 2015.
- UNHCR. (2017a). Global trends: Forced displacement in 2016.
- UNHCR. (2017b). Statistical yearbook 2015.
- UNHCR. (2017c). Top UK university offers scholarships for refugees. Consultado em 16 de junho de 2018. Disponível em <http://www.unhcr.org/news/stories/2017/2/589206107/top-uk-university-offers-scholarships-for-refugees.html>.
- UNHCR. (2018a). Global trends: Forced displacement in 2017.
- UNHCR. (2018b). UNHCR statistics. The world in number. Consultado em 14 de agosto de 2018. Disponível em [http://popstats.unhcr.org/en/overview#\\_ga=2.36601632.1410419765.1534151904-770150484.1534151904](http://popstats.unhcr.org/en/overview#_ga=2.36601632.1410419765.1534151904-770150484.1534151904).
- Workeer. (2018). Die jobbörse für geflüchtete. Consultado em abril de 2018. Disponível em <https://workeer.de/>.
- Yin, K. (2001). Estudo de caso: Planejamento e métodos. 2.ed. trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman.

**Anexo 1 - Número total de pessoas forçadas a se deslocarem no mundo entre 2015 e 2017 (em milhões)**



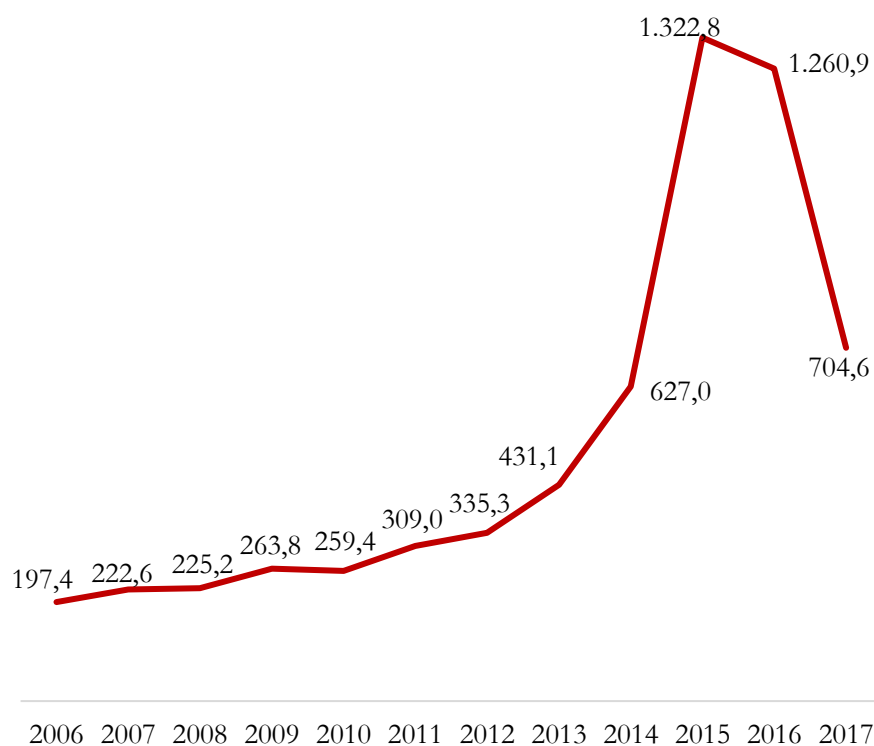
Fonte: Elaboração própria. Dados da UNHCR (2016, 2017a, 2018a).

**Anexo 2 - Distribuição de refugiados pela UNHCR e UNRWA entre 2015 e 2017 (em milhões)**



Fonte: Elaboração própria. Dados da UNHCR (2016, 2017a, 2018a).

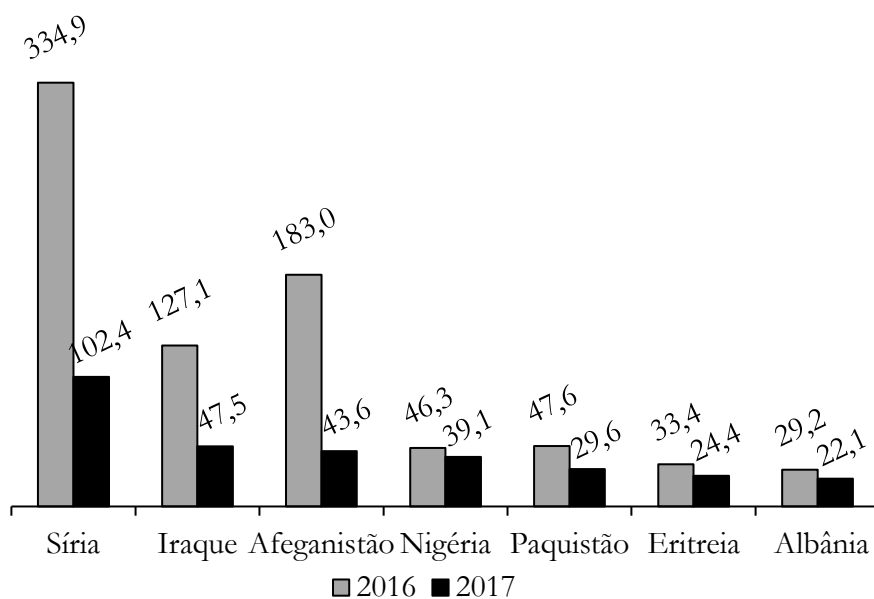
**Anexo 3 - Número de aplicações de asilo na União Europeia - 28 Estados membros,  
2006 – 2017 (em milhares)**



Fonte: Elaboração própria. Dados da Eurostat (2018).

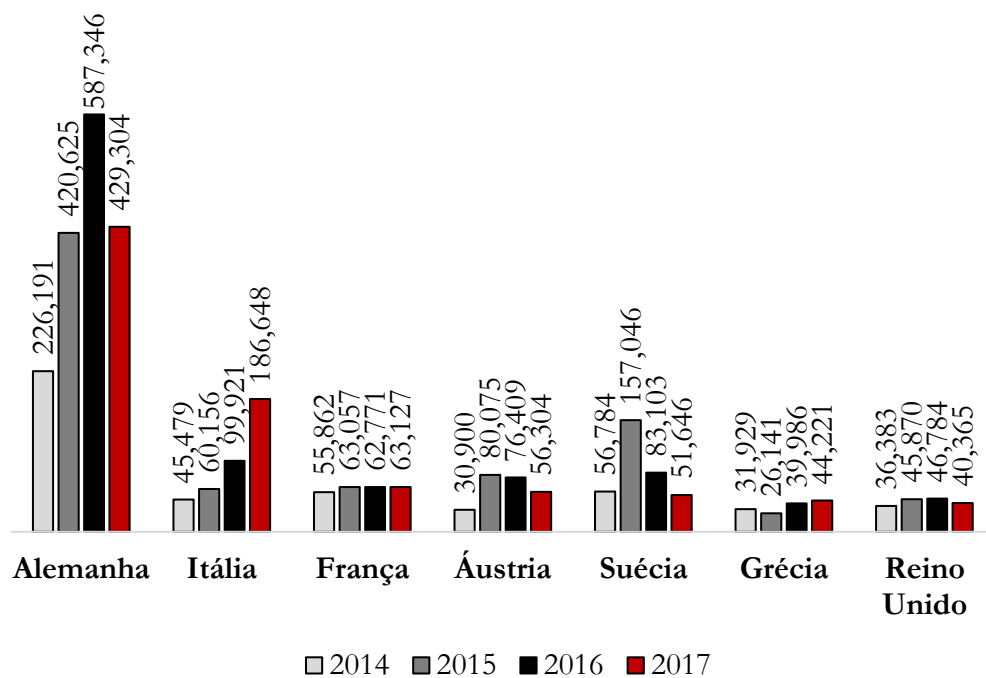


**Anexo 4 - Requerentes de asilo pela primeira vez na União Europeia por país de origem (em milhares de aplicações)**



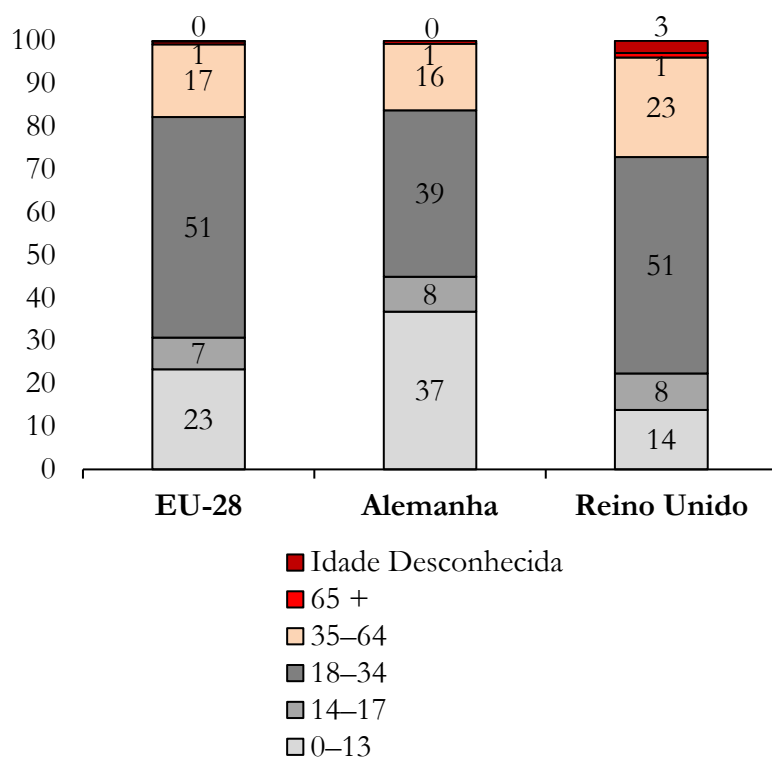
Fonte: Elaboração própria. Dados da Eurostat (2018).

**Anexo 5 - Número de requerentes de asilo nos países da União Europeia com maior solicitação entre os anos de 2014 a 2017 (em milhares de aplicações)**



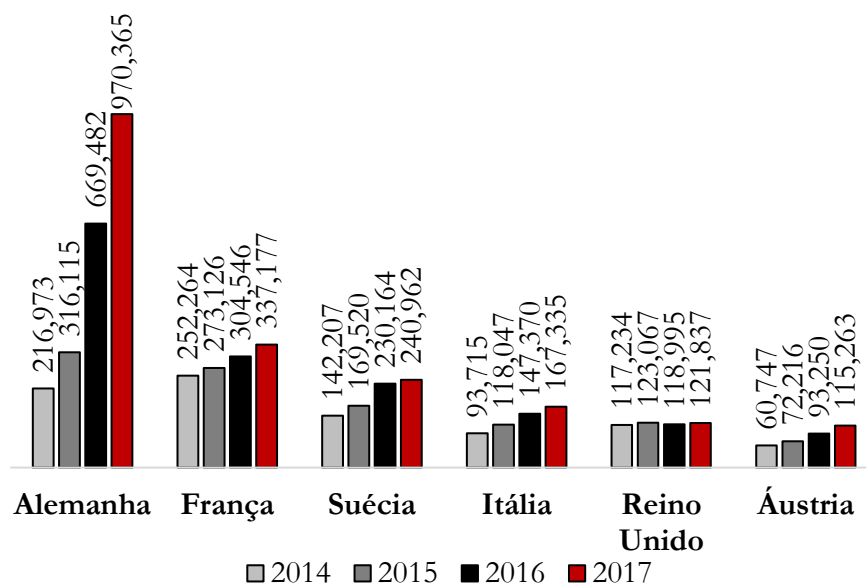
Fonte: Elaboração própria. Dados da UNHCR (2018b).

**Anexo 6 - Distribuição por idade dos requerentes de asilo em 2017 (em %)**



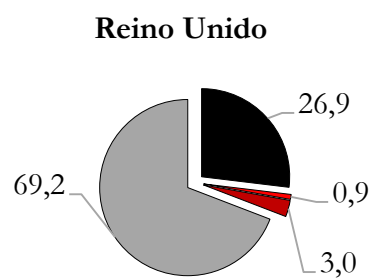
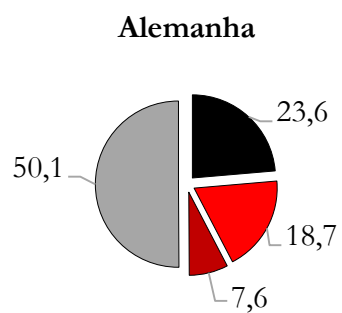
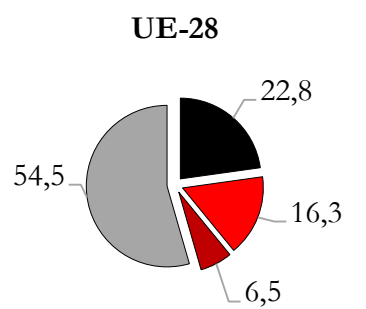
Fonte: Elaboração própria. Dados da Eurostat (2018).

**Anexo 7 - Número de refugiados nos países da União Europeia com maior atribuição entre os anos de 2014 a 2017 (em milhares de aplicações)**



Fonte: Elaboração própria. Dados da UNHCR (2018b).

**Anexo 8 - Decisões sobre os requerimentos de asilo em 2017 (em %)**



■ Estatuto de Refugiado  
■ Proteção Subsidiária  
■ Proteção Humanitária  
■ Rejeitado

Fonte: Elaboração própria. Dados da Eurostat (2018).